

## CPI

Pablo Valadares - Câmara dos Deputados



### Planalto oferece cargos de segundo escalão

O Palácio do Planalto deflagrou uma operação para convencer deputados e senadores a retirar assinaturas do requerimento que pede a abertura da CPMI dos atos golpistas de 8 de janeiro. A ofensiva inclui oferta de nomeações para cargos de segundo escalão nos Estados, como diretorias do Banco do Nordeste (BNB), além de superintendências da Codevasf. **PÁGINA 6**

## R\$ 25 milhões

### Anna Pegova receberá novo aporte de recursos

A Solum Capital - gestora de fundos private equity com foco em empresas de faturamento anual na faixa entre R\$ 10 milhões e R\$ 150 milhões - fará um investimento total de até R\$ 25 milhões na Anna Pegova ao longo de 2023. A companhia, que trabalha com produtos e serviços de beleza e bem-estar, está posicionada em um dos mercados que mais cresce no Brasil: o skincare. **PÁGINA 8**

## Segurança

### Fragilidade cibernética pode ameaçar soberania

No Brasil, apenas em 2022, aconteceram 103,16 bilhões de tentativas de ataques cibernéticos. Os alvos são variados e os prejuízos vão desde perdas financeiras a oferta de serviços governamentais, chegando, mesmo, ao âmbito político, como a disseminação massiva de fake news. **PÁGINA 8**

## Recuperação

### GE prevê crescimento de longo prazo na aviação

A General Electric reafirmou sua orientação financeira para 2023, oferecendo pela primeira vez uma perspectiva de crescimento de longo prazo para seus negócios de aviação. Durante uma conferência com investidores, a GE manteve o lucro por ação ajustado de US\$ 1,60 a US\$ 2 e fluxo de caixa livre (FCF) em US\$ 4,2 bilhões. **PÁGINA 4**

Ministro disse que o programa não tem precedente

# Desenrola não tem data para ser lançado

Haddad afirmou que o sistema é complexo, porque se trata de uma dívida privada e evitou estimar prazos para inauguração do programa



Rovena Rosa - Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a dizer na quinta-feira, 9, que já foi liberada a contratação do sistema operacional do Desenrola. Ele destacou a complexidade do sistema e evitou estimar prazos para inauguração do programa. "É um sistema complexo, porque é uma dívida privada, não é uma dívida que envolve o poder público, é uma financeira, um banco, é uma concessionária de serviço público e uma pessoa que está com nome negativado no Serasa", disse aos jornalistas ao chegar na sede do Ministério. "Não tem precedente o Desenrola, nunca foi feito nada semelhante. Então vamos precisar desenvolver um sistema operacional", continuou. O ministro da Fazenda afirmou ainda que o encontro realizado no período da manhã com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a equipe ministerial e líderes do Congresso foi uma reunião de trabalho e alinhamento. "Não teve uma pauta específica, relação com Congresso, relação entre ministérios", disse Haddad aos jornalistas, após deixar a reunião. **PÁGINA 2**

## CRÉDITO RARO

### BC admite que preços de ativos não preocupam no médio prazo

O Banco Central afirmou na ata do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef), realizada na semana passada, que os preços dos ativos e o crescimento do crédito não representam preocupação no médio prazo, mas ponderou que há incertezas a serem acompanhadas. Segundo o comitê, desde a última reunião, o crescimento do crédito desacelerou nas diversas modalidades e, na margem, as operações nas linhas de maior risco vêm sendo originadas com melhor qualidade de crédito. Mas, por outro lado, o BC reconheceu que o endividamento e o comprometimento de renda das famílias seguem elevados, e que a capacidade de pagamento de dívidas das empresas diminuiu. **PÁGINA 3**

mas, por outro lado, o BC reconheceu que o endividamento e o comprometimento de renda das famílias seguem elevados, e que a capacidade de pagamento de dívidas das empresas diminuiu. **PÁGINA 3**

## HYUNDAI

### Caoa lança veículo elétrico no Brasil

A CAO A inicia a pré-venda, de forma eletrônica, de um dos modelos mais avançados tecnologicamente, produzidos pela Hyundai. Em duas versões, uma híbrida e outra 100% elétrica, a CAO A apresenta o SUV compacto Premium, Hyundai Kona. A empresa quer cativar o consumidor com um processo inteiramente online, desde a captação dos dados iniciais, a reserva dos veículos. **PÁGINA 2**



Divulgação

## ACRE

### PF apreende passaporte e bens de governador

A Polícia Federal abriu a terceira etapa da Operação Ptolomeu - investigação sobre supostos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a cúpula do Governo do Acre. Um dos alvos da investigação é o chefe do Executivo estadual Gladson Cameli - ele não é alvo de buscas no bojo da ofensiva, mas o Superior Tribunal de Justiça mandou apreender o passaporte do mandatário. Cameli também está na lista de investigados que teve bens bloqueados. **PÁGINA 6**

## JOIAS

### Bento Albuquerque adia seu depoimento

**PÁGINA 7**

## BOLSONARO

### PGR quer arquivar investigação no STF

**PÁGINA 6**

**IBOVESPA** 105.071,19 ↓ -1,38%

#### Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
AZUL PN N2	13,42	+12,02%	+1,44
CVC BRASIL ON NM	4,17	+13,62%	+0,50
GOL PN N2	7,87	+10,69%	+0,76
LOCAWEB ON NM	5,72	+20,68%	+0,98
DEXCO ON NM	7,05	+13,71%	+0,85

#### Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
HAPVIDA ON NM	1,94	-28,94%	-0,79
SID NACIONALON	16,54	-5,05%	-0,88
PETZ ON NM	6,29	+0,64%	+0,04
3R PETROLEUMON NM	31,330	-3,63%	-1,180
CSNMINERACAOON N2	4,830	-2,62%	-0,130

#### Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	84,98	-0,72%	-0,62
PETROBRAS PN N2	25,31	+0,64%	+0,16
HAPVIDA ON NM	1,94	-28,94%	-0,79
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	-0,79	-1,32%	-0,33
BRDESCO PN EJ N1	13,97	-0,36%	-0,05

#### BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	32.254,86	-1,66%
S&P 500	3.918,32	-1,85%
NASDAQ	11.338,35	-2,05%
DAX 30	15.633,21	+0,0086%
FTSE 100	7.879,98	-0,63%
IBEX 35	9.423,20	-0,45%

DÓLAR COMERCIAL	
COMPRA	VENDA
5,141	5,141
↑ 0,02%	

PESO	
COMPRA	VENDA
0,025	0,026
↓ -0,18%	

EURO	
COMPRA	VENDA
5,437	5,438
↑ 0,31%	

LIBRA	
COMPRA	VENDA
6,121	6,124
↑ 0,58%	

OURO	
BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
297,00	USD\$ 1.813,89

**DÍVIDA PRIVADA**

# Haddad: Desenrola é complexo e não tem prazo para o lançamento

O ministro afirmou que nunca houve nada semelhante no Brasil e o governo vai precisar desenvolver um sistema operacional para começar a implementá-lo, o que leva tempo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a dizer na quinta-feira, 9, que já foi liberada a contratação do sistema operacional do Desenrola. Ele destacou a complexidade do sistema e evitou estimar prazos para inauguração do programa.

"É um sistema complexo, porque é uma dívida privada, não é uma dívida que envolve o poder público, é uma financeira, um banco, é uma concessionária de serviço público e uma pessoa que está com nome negativado no Serasa", disse aos jornalistas ao chegar na sede do Ministério. "Não tem precedente o Desenrola, nunca foi feito nada semelhante. Então vamos precisar desenvolver um sistema operacional", continuou.

Haddad disse que assim que o sistema estiver pronto, o programa será lançado. "Depende dos programadores entregarem o sistema operacional", concluiu.

O ministro da Fazenda afirmou ainda que o encontro realizado no período da manhã com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a equipe ministerial e líderes do Congresso foi uma reunião de trabalho e alinhamento. "Não teve uma pauta específica, relação com Congresso, relação entre ministérios", disse Haddad aos jornalistas, após deixar a reunião.

O alinhamento no Congresso após a formação das comissões no Senado, além da tramitação de medidas provisórias, como a MP do Conselho de Administração de Recursos



Haddad e Tebet: "o novo arcabouço fiscal foi concluído na Fazenda. Agora, o Ministério está "socializando" com a área econômica para fechar um entendimento"

Fiscais (Carf), estavam no radar do encontro.

A construção de uma base no Congresso também é alvo de preocupação por parte do governo federal. Nesta semana, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deu um

recado ao dizer que, até o momento, o Executivo ainda não tem força para aprovar matérias simples, quanto mais textos que exigem alteração constitucional.

Haddad voltou a dizer que o novo arcabouço fiscal, substituto do teto de gastos, foi

concluído na Fazenda. Agora, o Ministério está "socializando" com a área econômica para fechar um entendimento e levar ao presidente.

Ele ainda teve, no início da tarde de quinta-feira, reunião com a ministra do Planejamento, Simone Tebet, pra

avancar no tema.

Elá afirmou que o novo arcabouço fiscal está alinhado à responsabilidade fiscal e que agora é "questão de colocar os números no papel". "Reunião foi muito boa. Do lado orçamentário-fiscal, saímos muito satisfeitos", disse, após se reu-

nir com o ministro.

E emendou: "Agora é questão de colocar os números no papel, mas o mais importante é que o arcabouço que vai sair é um arcabouço que vai agradar todos."

Tebet afirmou que o novo mecanismo, que substituirá o teto de gastos, será apresentado ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e, depois, divulgado à sociedade. A ministra disse acreditar que seja anunciado ainda este mês.

A ideia é que o novo arcabouço seja de conhecimento público já em março para que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) seja enviado com formato final, atualizado pela nova regra fiscal.

A LDO tem de ser enviada pelo Executivo ao Congresso até o dia 15 de abril e aprovada pelo Legislativo até o dia 30 de junho.

Haddad também quer apresentar o mecanismo antes da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, marcada para os dias 21 e 22 deste mês.

Em relação às indicações dos novos diretores do Banco Central, o ministro voltou a dizer que já foram encaminhados alguns nomes ao presidente. "Ele (Lula) certamente vai entrevistar e tomar uma decisão que é prerrogativa dele", afirmou.

Dois mandatos de diretores expiraram em 28 de fevereiro: o de Bruno Serra (Política Monetária) e Paulo Souza (Fiscalização). Souza tem disposição de renovar o mandato, mas Serra já indicou que vai deixar o órgão.

**VENDA ON LINE**

## Caoa introduz a eletrificação da marca Hyundai no Brasil

A CAO A segue inovando na busca da total satisfação de seus clientes, oferecendo sempre os melhores produtos, serviços, conforto e conveniência. Com o ineditismo de sempre, a CAO A inicia a pré-venda, de forma eletrônica, de um dos modelos mais avançados tecnologicamente, produzidos pela Hyundai. Em duas versões, uma híbrida e outra 100% elétrica, a CAO A apresenta o SUV compacto Premium, Hyundai Kona.

A escolha desta forma inovadora de chegar ao consumidor final demonstra que a CAO A quer caminhar lado a lado com seus clientes em direção a um futuro promissor, onde as compras serão realiza-

das de forma 100% online, por meio de loja virtual da CAO A.

Até o ano de 2002, um comprador visitava, em média, 8 vezes uma concessionária antes de efetuar a compra, hoje esta média é de 1,6 visita. A empresa quer cativar o consumidor com um processo inteiramente online, desde a captação dos dados iniciais, a reserva dos veículos, o agendamento de visitas, enfim, o passo a passo até o veículo estar na porta de casa.

A forma como ocorrerá o atendimento, ou mesmo o agendamento de test-drive, ficará a escolha do cliente, podendo ser via ligação, whatsapp, e-mail ou chamada de vídeo, seja em casa ou na loja

CAOA Hyundai mais próxima.

O foco da CAO A é permitir que o cliente tenha todo o auxílio necessário, proporcionando a melhor experiência de compra possível. Outro fator importante é que durante este processo, todo o encaminhamento da venda será efetuado por meio do CEP do cliente, ou seja, assim que ele informar seus dados iniciais, todo atendimento será encabeçado pela loja mais próxima deste consumidor, sendo o fechamento da venda realizada pela própria concessionária ou, quando não houver esta possibilidade, diretamente pelo atendimento online.

A CAO A deseja que, mesmo

de forma online, o serviço seja o mais humanizado e compreensivo possível. Com isso em mente, o processo, apesar de virtual, será sempre acompanhado por um atendente, sem robôs ou vozes gravadas, para que o cliente sempre tenha um atendimento personalizado e humano.

Para este momento histórico da marca, em que pretende aplicar todo o conhecimento e o DNA de vendas, o CEO da CAO A, Carlos Alberto de Oliveira Andrade Filho anunciou a modernização de modelos produzidos na planta goiana da CAO A Montadora e a chegada de veículos inéditos ao Brasil. "Entre as novidades, estamos iniciando a comercia-

lização do Hyundai Ioniq HEV (híbrido), até o momento oferecido apenas na CAO A Locadora e a pré-venda do moderníssimo SUV Hyundai Kona em suas versões, híbrida e 100% elétrica. Além disso, teremos o atualizadíssimo SUV Tucson e a líder de segmento, camioneta comercial Hyundai HR, agora com uma moderna tração 4x4, ambos produzidos em nossa planta de Anápolis (GO)", conta o executivo.

Com o know-how obtido em mais de 4 décadas de vendas de automóveis no Brasil e a absorção de novas estratégias de comercialização durante o recente período de isolamento social, a CAO A inicia uma nova era privilegiando a comercialização virtual dos modelos Hyundai no Brasil, atendendo com isso, uma demanda crescente e imperativa do mercado brasileiro.

A CAO A Hyundai seguirá contando com unidades de showroom nos principais centros do País e com uma moderna cadeia logística para

realização de test-drives em domicílio - em todas as regiões do território brasileiro em que não houver showroom físico, além de promover ações inovadoras de entrega delivery.

Carlos Alberto Filho explica que a nova fase de comercialização em nada prejudicará o premiadíssimo serviço de Pós-Venda da marca. "Muito pelo contrário. Com a reestruturação, nesse primeiro momento a CAO A Hyundai contará com 33 pontos de venda e 128 oficinas de serviços atendendo aos clientes das mais diversas regiões brasileiras e preparadas não só para atender os Clientes CAO A Hyundai e Hyundai Motors do Brasil, e também muito bem-preparados para atender este novo momento de eletrificação dos modelos da marca. A CAO A sempre prezou pelos milhares de consumidores dos modelos Hyundai, assim como pela parceria que atravessa décadas e que deverá ainda trazer ótimos resultados para as duas partes".

**Diário Comercial**

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA  
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO  
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br  
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO  
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro  
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL  
SÃO PAULO  
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista  
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA  
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS  
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE  
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes  
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL  
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01  
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras  
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

RISCO DO CRÉDITO

# BC admite que preços de ativos não preocupam no médio prazo

A instituição afirmou que o apetite ao risco das IFs na concessão de crédito às famílias apresentou redução, porém permanece elevado nas linhas de maior risco

O Banco Central afirmou na ata do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef), realizada na semana passada, que os preços dos ativos e o crescimento do crédito não representam preocupação no médio prazo, mas ponderou que há incertezas a serem acompanhadas. Segundo o comitê, desde a última reunião, em novembro, o crescimento do crédito desacelerou nas diversas modalidades e, na margem, as operações nas linhas de maior risco vêm sendo originadas com melhor qualidade de crédito. Mas, por outro lado, o BC reconheceu que o endividamento e o comprometimento de renda das famílias seguem elevados, e que a capacidade de pagamento de dívidas das empresas diminuiu.

Em relação às concessões, o BC afirmou que o apetite ao risco das IFs na concessão de crédito às famílias e às empresas de menor porte apresentou redução, porém permanece elevado, especialmente em linhas de maior risco, como cartão de crédito e crédito não-consignado. Com relação às empresas de menor porte, o comitê considerou que houve desaceleração no ritmo de crescimento do crédito, mas não se percebe alteração relevante nos critérios de concessão.

Nesse contexto, o comitê afirma que uma frustração substancial do desempenho da atividade econômica pode resultar em elevação do risco de crédito e segue recomendando que as instituições financeiras mantenham a prudência na política de gestão de crédito e de capital.

Em relação à situação atual do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o colegiado citou ainda que o resultado dos testes de estresse demonstra que o sistema está resiliente. “Nos cenários de estresse macroeconômico avaliados, descritos no Relatório de Estabilidade Financeira, o sistema não apresentaria desenquadramentos relevantes”, disse o BC na ata do Comef. “Teste de análise de sensibilidade verificado que mesmo que os ativos problemáticos dobrassem em relação a seus níveis atuais, o sistema não apresentaria desenquadramentos relevantes.”

Mas a autarquia afirmou que a elevação da incerteza ampliou o impacto no sistema. Nesse caso, o impacto mais severo continua sendo o observado no cenário de quebra de confiança no regime fiscal.

Em relação aos níveis de capitalização e de liquidez, houve manutenção em níveis superiores aos requerimentos prudenciais, segundo o Comef. “O sistema tem mantido capital e ativos líquidos suficientes para absorver potenciais perdas em cenários estressados e cumprir a regulamentação vigente.”

O comitê segue atento, contudo, à dinâmica de resgates das cadernetas de poupança e seus efeitos nas concessões de crédito imobiliário. “A rentabilidade do SFN recuou devido, sobretudo, ao aumento das despesas com provisões, e permanece pressionada por redução da margem de crédito, baixo crescimento das receitas de serviço e crescimento das despesas administrativas devido à inflação.”

Por fim, o Comef afirmou que está atento à evolução dos cenários doméstico e internacional e segue preparado para atuar, minimizando eventual contaminação desproporcional sobre os preços dos ativos locais. “O Comitê segue entendendo que políticas macroeconômicas que aumentem a previsibilidade fiscal, que reduzam os prêmios



Agência Brasil

DESACELERAÇÃO

## Queda no ritmo da atividade foi generalizada entre as regiões

A contração da economia brasileira no quarto trimestre de 2022 foi disseminada entre todas as regiões do País ante o período de julho a setembro, conforme o Boletim Regional divulgado na quinta-feira, 9, pelo Banco Central, “corroborando a desaceleração em curso da atividade econômica”, avaliou a autarquia. No ano passado, contudo, houve crescimento generalizado.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que mede o ritmo da economia em todo o Brasil, caiu 1,46% entre outubro e dezembro, na margem. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Produto Interno Bruto (PIB) recuou 0,2% no quarto trimestre.

Os dados do Boletim Regional mostram que a queda mais forte foi verificada no Centro-Oeste, de 3,9% ante o terceiro trimestre.

O desempenho negativo foi seguido pela região Norte (-2,9%), Sul (-1,6%), Nordeste (-1,2%) e Sudeste (-0,4%).

Em 2022, o crescimento foi verificado em todas as regiões do País, com destaque para o Centro-Oeste, onde houve avanço de 5,9% frente a 2021. O avanço econômico também foi forte

no Nordeste (3,9%) e Sudeste (3,5%). No Norte, o crescimento da atividade foi de 2,3% no ano passado, enquanto no Sul houve alta de 1,2%. O IBC-Br subiu 2,9% em 2022, mesmo porcentual do PIB.

Segundo o BC, o indicador do ano mostra que a atividade econômica cresceu em todas as regiões, refletindo a continuidade da recuperação do volume de serviços, em especial daqueles prestados às famílias, considerando o Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR).

“O Centro-Oeste liderou a alta da atividade econômica, repercutindo o crescimento da produção agrícola, da indústria de alimentos e a forte expansão da construção pelo segundo ano consecutivo, além de avanço em todos os segmentos de serviços.”

O BC ainda ressaltou que a agricultura também foi destaque no Nordeste. No Sul, contudo, a produção agrícola foi responsável pelo resultado fraco, assim como os modestos dados de indústria de transformação, no comércio e nos serviços de transporte. No Sudeste e no Norte, o crescimento foi generalizado com exce-

ção, respectivamente, do comércio e da indústria extrativa, conforme o BC.

“A atividade econômica cresceu em 2022, com alguma heterogeneidade no desempenho dos setores, apesar da desaceleração ao longo do ano, em particular no quarto trimestre”, avaliou o BC no documento.

Entre os setores, a autarquia destacou que a produção industrial cresceu no primeiro semestre, mas recuou nos dois últimos trimestres, encerrando o ano com queda em relação a 2021. Da mesma forma, o comércio varejista no conceito ampliado só teve resultados positivos em dois trimestres, o primeiro e o quarto.

Já o setor de serviços manteve trajetória de expansão durante todo o ano, “encerrando 2022 com crescimento expressivo”, com impacto do retorno da mobilidade após o fim das restrições impostas durante a pandemia.

“Todavia, até o setor terciário desacelerou no quarto trimestre. O mercado de trabalho seguiu em trajetória favorável, com manutenção da geração de postos formais de trabalho, embora dados do quarto trimestre indiquem perda de dinamismo na margem.”

de risco e a volatilidade dos ativos contribuem para a estabilidade financeira e, consequentemente, melhoram a capacidade de pagamento dos agentes.”

O Banco Central avaliou, na ata do Comef, que, mesmo em um cenário extremo, o impacto futuro do caso Americanas sobre o SFN é insignificante. No documento, o regulador não cita o nome da varejista, mas cita um “evento específico relacionado à empresa de grande porte”.

“O Banco Central estimou o impacto potencial remanescente, acrescido de um cenário de contágio sobre toda a cadeia de produção e fornecimento que depende da empresa de forma relevante. Nesse cenário extremo, o impacto para o SFN consolidado é insignificante e não se verificaria desenquadramento de capital em qualquer instituição financeira”, destacou na ata do Comef.

Segundo o comitê, parcela significativa das provisões realizadas nos balanços das instituições financeiras no último trimestre de 2022 decorreu desse “evento específico” e já absorveram a maior parte da materialização do risco. O Comef ainda considerou que as provisões por esse caso responderam por parte relevante do recuo anual da rentabilidade do SFN.

No documento, o colegiado considerou que o aumento das provisões foi condizente com a maior materialização do risco no período. Além dos casos pontuais com empresas de maior porte, o Comef citou o crescimento do crédito em modalidades mais arriscadas, o aumento do comprometimento de renda das famílias e a redução da capacidade de pagamento de micro e pequenas empresas para o avanço da materialização do risco.

“A materialização de risco deve permanecer elevada no médio prazo, mas critérios mais restritivos nas concessões recentes têm colaborado para arrefecer o crescimento dos ativos problemáticos no crédito às famílias.”

Ainda sobre o caso Americanas, o BC disse também, sem citar o nome da empresa, que eventos pontuais em empresas de grande porte geraram uma deterioração nos preços

de ativos no mercado de títulos privados.

Após o rombo bilionário da Americanas, veio a público outros casos de problemas em varejistas. “Em decorrência desses eventos pontuais, a volatilidade, os spreads e a aversão ao risco aumentaram. Também foram observados efeitos em algumas linhas no mercado de crédito.”

O comitê disse que acompanha os desdobramentos dos “eventos recentes” sobre os prêmios de risco no mercado de capitais. Segundo o regulador, o Comef acompanha a evolução e os desdobramentos dos eventos recentes e segue pronto para atuar em caso de disfuncionalidade.

Também na ata da reunião do Comef, o Banco Central afirmou que o cenário global apresentou acomodação desde o encontro anterior, em novembro, mas ponderou que houve alguma reversão em fevereiro. “O processo de desinflação global segue desafiador e os dados recentes de atividade consolidam um cenário global de aperto monetário mais prolongado”,

disse o BC, no documento.

Segundo o regulador, a possibilidade de mudanças mais abruptas na condução da política monetária aumenta o risco de materialização de cenários extremos de repêricificação de ativos financeiros. “A frustração das expectativas de queda da inflação nas economias centrais eleva a incerteza sobre os cenários prospectivos, acentuando a volatilidade nos mercados e propiciando a ocorrência de eventos de estresse, com implicações globais.”

Em relação aos emergentes, contudo, o Comef considerou, que, até o momento, têm mostrado resiliência diante do forte aperto das condições financeiras observado desde o final de 2021. Mas o comitê ponderou que os elevados níveis de endividamento público resultantes dos esforços de combate aos efeitos da pandemia de covid-19 sobre a economia são um fator de vulnerabilidade. “A transparência, previsibilidade e credibilidade na condução das políticas monetária, fiscal e macroprudencial são essenciais para mitigar os riscos sistêmicos.”

RECUPERAÇÃO



Wenderson Araujo - CNA

Soja: colheita avança

## Soja impulsiona em 20,6% a produção de grãos na safra

A produção nacional de grãos na safra 2022/23 pode alcançar 309,9 milhões de toneladas. Quase metade desse volume vem das lavouras de soja, representando uma colheita em torno de 151,4 milhões de toneladas. Os dados são do 6º Levantamento da Safra de Grãos, divulgado na quinta-feira (9) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Segundo a Conab, esse volume, se confirmado, representa um aumento de 20,6% acima ao registrado no período anterior, o que indica uma recuperação na produtividade das lavouras, que foram atingidas pelas condições climáticas adversas no período de 2021/22.

“A atual estimativa de produção da oleaginosa cresce se comparada com o ciclo passado, mas representa uma variação negativa de 1% em relação ao último anúncio da Conab devido à intensificação, em fevereiro, dos danos causados pela estiagem no Rio Grande do Sul. No entanto, essas perdas foram compensadas, em parte, pelos ganhos observados em Tocantins, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul”, disse o presidente Guilherme Ribeiro.

A Conab informa ainda que a colheita avança em todas as regiões produtoras, com percentuais abaixo na comparação com a safra 2021/22. O ritmo mais lento é explicado por causas específicas, entre elas, o excesso de chuvas, que dificulta o tráfego de máquinas nas lavouras e as precipitações durante a colheita.

O levantamento ressalta que, em algumas áreas, o plantio da soja foi realizado de forma tardia, como em determinados locais produtores de Goiás e do Mato-piba (área que engloba os estados de Mato Grosso, do Tocantins, Piauí e da Bahia), enquanto que em outras regiões foi registrada ocorrência de temperatura mais baixa, o que trouxe impacto no desenvolvimento do grão, alongando o ciclo da cultura.

Esse atraso traz impactos na semeadura do milho 2ª safra, que já tem semeada 63,6% da área prevista para a cultura em todo o país. No mesmo período do ano passado, esse índice chegava próximo de 75%. Ainda assim, a companhia projeta um crescimento na produção de 11,3% podendo chegar a 95,6 milhões de toneladas.

“É importante destacar que semear o milho fora da janela ideal pode aumentar os riscos durante o desenvolvimento das lavouras, e não há garantia de como a cultura irá se desenvolver em condições climáticas adversas”, diz a superintendente de Informações da Agropecuária da Conab, Candice Romero Santos.

Acolheita esperada é de aproximadamente 26,76 milhões de toneladas, 6,9% acima da safra 2021/22. O algodão, outra importante cultura de 2ª safra, já está completamente semeado. Houve aumento de 4% na área, atingindo 1,66 milhão de hectares, informou a Conab. “Com isso, a expectativa é que a colheita da pluma atinja 2,78 milhões de toneladas. Para o arroz, a produção é estimada em 9,9 milhões de toneladas, 8,4% inferior ao volume produzido na safra passada devido à redução de área, aliada às condições climáticas adversas, sobretudo no RS, 55 maior estado produtor.”



## TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Aviação: a GE está posicionada de maneira única para eletrificar e descarbonizar o mundo, enquanto impulsiona o crescimento lucrativo de longo prazo

# GE prevê crescimento de longo prazo para negócios de aviação

A empresa manteve a previsão de lucro por ação ajustado de US\$ 1,60 a US\$ 2 e fluxo de caixa livre (FCF) de US\$ 3,4 bilhões para US\$ 4,2 bilhões

**A** General Electric reafirmou na quinta-feira, 9, sua orientação financeira para 2023, oferecendo pela primeira vez uma perspectiva de crescimento de longo prazo para seus negócios de aviação. Durante uma con-

ferência com investidores na quinta, a GE manteve a orientação de 2023 para o crescimento da receita em um dígito alto, com lucro por ação ajustado de US\$ 1,60 a US\$ 2 e fluxo de caixa livre (FCF) de US\$ 3,4 bilhões para US\$ 4,2 bilhões.

A empresa também refor-

çou um crescimento da receita, lucro e perspectivas de FCF para seus segmentos de aviação, energia e energia renovável.

Simultaneamente, a empresa apresentou perspectivas de longo prazo para GE Aerospace e GE Vernova (que abriga as unidades de energia e renováveis),

sem especificar o prazo.

O presidente e CEO da GE e CEO da GE Aerospace, H. Lawrence Culp, Jr., e o CEO da GE Vernova, Scott Strazik, discutiram as perspectivas de curto e longo prazo para os negócios e a preparação em andamento para lançar cada uma como empresa indepen-

dente e líderes do setor.

Culp Jr. Disse que o futuro é brilhante na GE. "Estamos operando a partir de uma base mais sólida e como um negócio fundamentalmente mais simples que está criando valor significativo hoje e no futuro. A GE Aerospace está definindo o voo para hoje, amanhã e para

o futuro com nossa tecnologia diferenciada e amplas capacidades de serviço. Olhando para o futuro, esperamos que, a longo prazo, esse negócio proporcione crescimento de receita orgânica de um dígito de médio a alto e expansão contínua de margem com fluxo de caixa livre em linha com o lucro líquido".

Culp afirmou que, na GE Vernova, a empresa está posicionada de maneira única para eletrificar e descarbonizar o mundo enquanto impulsiona o crescimento lucrativo de longo prazo. "Esperamos que o negócio gere crescimento de receita orgânica de um dígito e margem de lucro de um dígito alto com forte conversão de fluxo de caixa livre no longo prazo. É uma nova era na GE, e nossos negócios estão criando valor para clientes e acionistas, enquanto se preparam para se manter por conta própria no início de 2024."

A Conferência de Investidores da GE delineou ainda mais suas prioridades de negócios de curto e longo prazo, incluindo a GE Aeroespacial, líder global em setores comerciais e de defesa atraentes e crescentes. A empresa pretende registrar crescimento de receita orgânica para adolescentes de médio a alto porte, lucro operacional de US\$ 5,3 a US\$ 5,7 bilhões, fluxo de caixa livre no após ano.

Já a GE Vernova1 é um líder do setor posicionado para apoiar os clientes durante a transição energética. Oferece forte geração de fluxo de caixa livre de longo prazo em seu negócio de energia a partir de sua ampla base instalada de serviços. A empresa prevê crescimento de receita orgânica de um dígito baixo, lucro operacional de US\$ 0,6 a US\$ 0,2 bilhão e fluxo de caixa livre estável a ligeiramente melhorado.

## REFORMA TRIBUTÁRIA

## Secretário defende regulamentação de cashback para os pobres por lei

Prevista nas duas propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso, a instituição de um sistema de cashback (devolução) de impostos para os mais pobres deve ser regulamentada por lei complementar. A afirmação é do secretário especial do Ministério da Fazenda para a Reforma Tributária, Bernard Appy, que participou de audiência do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados sobre o tema.

Ele defendeu que o cashback seja instituído por proposta de emenda à Constituição (PEC), mas que o detalhamento seja feito posteriormente, por meio de lei complementar. Pelas propostas, a isenção de tributos sobre os produtos da cesta básica acabaria. Em troca, seria feita uma devolução dos tributos que incidem sobre esses bens a famílias inscritas no Cadastro

Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Para o secretário, o modelo de cashback é eficiente na redistribuição de renda porque beneficia diretamente os mais pobres, enquanto o sistema atual de desoneração da cesta básica beneficia tanto contribuintes pobres quanto ricos. A decisão sobre como a devolução de recursos ocorreria, disse Appy, cabe aos políticos.

"O cashback tem que ser decidido politicamente pelo Parlamento, para quem você vai devolver o imposto. O Parlamento é quem vai calibrar. Pode decidir devolver para 30% ou para 70% da população. Isso depende de vocês (congressistas)", declarou o secretário na audiência.

A definição do cashback por regulamentação provocou divergências entre os deputados. Relator da reforma tributária na

Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) disse que o tema ainda não está definido e que, no momento, não é possível adiantar detalhes de como funcionaria o cashback para os mais pobres nem sobre a faixa que receberá a ajuda. "Quem será beneficiado é algo que será discutido profundamente por esse grupo", afirmou.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP), no entanto, defendeu que a PEC detalhe a devolução de recursos, em vez de apenas aprovar o princípio geral da ideia. "Não dá para deixar a regulamentação para uma lei complementar. Regulamentação de lei no Congresso Nacional às vezes leva anos e está sujeita a grupos de pressão", justificou.

Appy também apresentou sugestões sobre como ocorreria essa devolução. Segundo ele, o cashback poderia ter como base o Cadastro de Pessoa Física (CPF) emitido na nota fiscal.

## CUSTOS DE TRANSAÇÃO

## Moody's: modelo do real digital limita risco de desintermediação

O modelo do piloto do real digital, a versão brasileira da Moeda Digital do Banco Central (CBDC, na sigla em inglês) limita os riscos de desintermediação - temidos pela comunidade internacional no desenvolvimento e implantação de CBDCs -, avalia a Moody's, em relatório.

O BC divulgou na última segunda-feira o início dos testes do real digital, com foco na privacidade das transações. Para esse primeiro piloto, serão simuladas operações com títulos do Tesouro Nacional, com expectativa de que sejam testadas transações de entrega versus pagamento, em que as duas operações ocorrem simultaneamente.

Os testes devem se alongar até fevereiro de 2024 e o cronograma inicial prevê que o real digital estará disponível para o público no fim do ano que vem. Serão selecionados participantes do mercado, entre ins-

tuições financeiras e de pagamento, para participar do primeiro piloto.

O modelo do real digital prevê que a moeda será usada apenas para as operações no atacado, ou seja, entre as instituições reguladas pelo Banco Central e a própria autarquia. No varejo, o projeto prevê que serão usados "tokens" (representação digital de um ativo) de depósitos bancários.

"Ao não permitir que clientes de varejo tenham acesso direto à CBDC, o Banco Central amortece o risco de saídas de depósitos dos bancos que poderiam reduzir a disponibilidade de financiamento para o sistema financeiro", destaca a agência de classificação de risco, lembrando que as propostas da União Europeia, do Reino Unido e da China preveem que o cidadão custodie suas próprias CBDCs, "com maior risco de desintermedia-

ção" para os bancos incumbentes.

A Moody's observa que o foco principal do BC brasileiro é usar a estrutura blockchain e sua natureza programável para reduzir os custos de transação e fomentar a inovação na oferta de produtos ao consumidor.

Agência de classificação de riscos ainda destaca que o BC pretende alavancar a infraestrutura do PIX. Além disso, o arcabouço do real digital deve usar a legislação já existente para ativos tradicionais.

A iniciativa também tende a impulsionar a tokenização de diferentes classes de ativos no futuro, como carros e casas, diz a Moody's. "Fazendo isso, vai expandir o alcance dos mercados financeiros em promover a inclusão financeira, o que aumentará a agilidade nas transações e permitirá a padronização de contratos."

## PELO MUNDO

## SENADO DA ESPANHA APROVA MUDANÇA DE GÊNERO A PARTIR DOS 12 ANOS

por  
Suellen Scariz



Advogada no Brasil e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas - Menção em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra, exerce funções na Câmara Municipal de Portugal

**ESSA COLUNA ESTÁ SEMPRE** atenta a temas atuais do Direito, especialmente do Direito do Trabalho, mas também procura trazer outros panoramas internacionais, no âmbito dos Direitos Fundamentais e da política.

**O ARTIGO DE HOJE TRAZ** um breve resumo de uma recente alteração legislativa na Espanha. O Senado espanhol ratificou uma nova lei que permite a mudança de gênero no registro civil a partir dos 12 anos de idade, sem necessidade de parecer médico, e a partir dos 16 anos, bastará a vontade da pessoa para a mudança oficial.

**COM A NOVA LEI**, que já havia sido aprovada pelo Congresso dos Deputados, será possível mudar de gênero

no registro civil na Espanha, a partir dos 12 anos, sem parecer médico, mas será necessária autorização de um juiz para os casos entre os 12 e os 14 anos.

**PARA A MUDANÇA ENTRE** os 14 e 16 anos, bastará autorização dos pais ou tutores legais. Para maiores de 16 anos, bastará a própria vontade de quem quiser fazer a alteração. Em todos os casos, deixam de ser necessários pareceres médicos e provas de qualquer tratamento ou terapia hormonal.

**CONHECIDA COMO LEI** da "autodeterminação de gênero", o diploma legal pretende retirar a ideia de patologia à mudança de gênero, com a defesa de que as pessoas não precisam que outras digam quem elas são. **A NOVA LEGISLAÇÃO** levou mais

de um ano para ser aprovada e dividiu o Partido Socialista (PSOE), que governa Espanha em coligação com a plataforma de extrema-esquerda Unidas Podemos. A lei contou também com a oposição de algumas associações feministas, consideradas representantes de um "feminismo clássico".

**A PARTE CRÍTICA DO PSOE** e estas associações condenaram a possibilidade de mudança de gênero só com base na manifestação da vontade da pessoa por considerarem que isso pode prejudicar os avanços alcançados pelas mulheres na luta pela igualdade de direitos. Para estes movimentos, ser mulher não é uma identidade subjetiva e o feminismo é a luta contra a discriminação de uma identidade objetiva, baseada

no gênero biológico.

**A NOVA LEI TEVE** os votos contra dos partidos da direita, que invocaram não ter havido um processo legislativo suficientemente tranquilo e duradouro para permitir todos os debates e audições que seriam necessários. O Senado introduziu algumas "correções técnicas" na redação do texto da lei, pelo que antes de entrar em vigor terá ainda de haver uma nova votação no Congresso, que será a final.

**MAIS UMA VEZ**, parece que questões secundárias tomam à frente do debate e não se observa que tais procedimentos estão sendo admitidos para crianças e adolescentes, pessoas em formação que necessitam de especial atenção e cuidado.

ESPIONAGEM

# China usa TikTok para controlar dados dos usuários americanos

## Wray disse que seria possível Pequim utilizar o ByteDance, empresa proprietária da plataforma de vídeos curtos, para espionar informações de cidadãos dos EUA

O governo da China pode usar o TikTok para controlar dados de milhões de usuários americanos, disse o diretor do FBI, Christopher Wray, em uma audiência no Senado dos EUA. Ele afirmou que o aplicativo de vídeo de propriedade chinesa demanda uma resposta urgente e precisa ser tratado como questão de Segurança Nacional.

Wray foi questionado pelo senador republicano Marco Rubio se seria possível que Pequim utilizasse o ByteDance, empresa chinesa proprietária da plataforma de vídeos curtos, para espionar informações de cidadãos dos EUA. "Sim, e eu gostaria de ressaltar que no caso deste último Tik Tok, em particular, que não veríamos muitos dos sinais externos de que isso aconteceria se estivesse de fato acontecendo", disse Wray sobre as preocupações de que a China poderia alimentar desinformações para usuários.

O republicano Rubio perguntou também se o TikTok poderia ser usado pelo governo chinês para "conduzir narrativas". O senador se referiu a uma situação na qual o aplicativo exibiria vídeos que apoiam o lado chinês de que Taiwan pertence à China e repudia a intervenção norte-americana na ilha.

O diretor do FBI disse que, ao contrário dos EUA que têm isso esclarecido, a diferença entre o setor privado e o público é uma "linha inexistente na forma como o Partido Comunista Chinês (PCC) opera". "Esta é uma ferramenta que está sob o controle do governo chinês - e, para mim, urge tratá-las com preocupações de segurança nacional", disse Wray.

O TikTok não é disponibilizado na China. Em vez dele, a ByteDance oferece uma outra versão da plataforma, chamada Douyin.

A Casa Branca apoiou a legislação apresentada na terça-feira por uma dúzia de senadores para dar ao governo do presidente Joe Biden novos poderes para proibir o TikTok e outras



Wray: "eu gostaria de ressaltar que no caso do Tik Tok não veríamos muitos dos sinais externos de que isso aconteceria se estivesse de fato acontecendo"

tecnologias estrangeiras se representarem ameaças à segurança nacional.

O endosso impulsionou os esforços de vários legisladores para proibir o popular aplicativo, que pertence à empresa chinesa ByteDance e é usado por mais de 100 milhões de americanos.

Outros altos funcionários da inteligência dos EUA, incluindo a diretora de inteligência nacional Avril Haines, o diretor da CIA William Burns e o diretor da Agência de Segurança Nacional, Paul Nakasone, concordaram na audiência que o TikTok representava uma ameaça à segurança nacional dos EUA.

Em 27 de fevereiro, a Casa Branca estabeleceu um prazo de 30 dias para que o TikTok seja banido de agências federais dos EUA

Em uma tentativa de manter os dados dos EUA seguros, todas as agências federais americanas devem eliminar TikTok dos telefones e sistemas e proibir o tráfego de internet das agências de chegar à empresa chinesa, disse Shalanda Young, diretora do Escritório de Administração e Orçamento dos Estados Unidos, às agências em um memorando de orientação.

A proibição, ordenada pelo Congresso no final do ano passado, segue ações semelhantes do Canadá, da União Europeia e de Taiwan, além de mais da metade dos estados dos EUA.

A proibição do dispositivo impacta uma pequena porção da base de usuários do TikTok nos EUA e acrescenta combustível aos pedidos de proibição total do aplicativo de compar-

tilamento de vídeo.

As preocupações com a segurança nacional sobre a China aumentaram nas últimas semanas, depois que um balão chinês voou sobre os EUA.

Propriedade da ByteDance, o TikTok disse que as preocupações são alimentadas por desinformação e negou o uso do aplicativo para espionar americanos. A ação não afeta os mais de 100 milhões de americanos que usam TikTok em dispositivos privados ou de propriedade da empresa. Até a publicação da reportagem, o TikTok não havia comentado o memorando da Casa Branca.

O Congresso votou em dezembro para proibir funcionários federais de usarem o aplicativo de vídeo de propriedade chinesa em dispositivos do governo e deu ao governo

Biden 60 dias para emitir diretrizes da agência.

A votação foi a mais recente ação dos legisladores dos EUA para reprimir as empresas chinesas em meio a temores de segurança nacional de que Pequim possa usá-las para espionar os americanos.

O diretor federal de segurança da informação, Chris DeRusha, disse que "essa orientação faz parte do compromisso contínuo do governo em proteger nossa infraestrutura digital e proteger a segurança e a privacidade do povo americano".

Muitas agências governamentais, incluindo a Casa Branca, o Departamento de Defesa, o Departamento de Segurança Interna e o Departamento de Estado proibiram TikTok de dispositivos do governo antes da votação.

META IDEAL

## OMS: ingestão de sódio é o dobro da recomendada

Um relatório global inédito da Organização Mundial da Saúde, OMS, revela que o mundo está fora do caminho para atingir a meta global de reduzir a ingestão de sódio em 30% até 2025.

A ingestão média global de sal é estimada em 10,8 gramas por dia, mais que o dobro da recomendação da OMS de menos de 5 gramas de sal por dia, ou uma colher de chá.

O relatório mostra que apenas 3% da população mundial está protegida por políticas obrigatórias de redução de sódio e 73% dos membros da OMS carecem de uma ampla gama de implementação de tais políticas.

O sódio, um nutriente essencial, aumenta o risco de doenças cardíacas, derrames e morte prematura quando ingerido em excesso. A principal fonte é o sal de mesa, mas também está contido em outros condimentos, como o glutamato de sódio.

Apenas nove países têm um pacote abrangente de políticas recomendadas para reduzir a ingestão de sódio. Eles são Brasil, Chile, República Tcheca, Lituânia, Malásia, México, Arábia Saudita, Espanha e Uruguai.

Segundo a OMS, a implementação de políticas de redução de sódio poderia salvar cerca de 7 milhões de vidas em todo o mundo até 2030. A agência da ONU alerta que é esses avanços são fundamentais para atingir a meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de reduzir as mortes por doenças não transmissíveis.

O diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, destacou que as dietas pouco saudáveis são uma das principais causas de morte e doenças em todo o mundo, sendo a ingestão excessiva de sódio é um dos principais culpados.

Uma abordagem abrangente para a redução de sódio inclui a adoção de políticas obrigatórias e seguir quatro diretrizes da OMS relacionadas ao sódio, que contribuem muito para a prevenção de doenças.

A OMS recomenda que os alimentos sejam reformulados para conter menos sal e sejam estabelecidas metas para a quantidade de sódio em alimentos e refeições.

A agência também prevê a criação de políticas públicas de aquisição de alimentos para limitar produtos ricos em sal ou sódio em instituições públicas, como hospitais, escolas, locais de trabalho e asilos.

Para a OMS, os rótulos dos produtos devem ajudar os consumidores a selecionar produtos com baixo teor de sódio. Além disso, é recomendada a divulgação de informações para mudança de comportamento e campanhas de mídia de massa para reduzir o consumo de sódio.

Os países são incentivados a estabelecer metas de conteúdo de sódio para alimentos processados, de acordo com os Padrões Globais de Sódio da OMS e aplicá-los por meio dessas políticas.

De acordo com a agência da ONU, as políticas obrigatórias de redução de sódio são mais eficazes, pois alcançam uma cobertura mais ampla e protegem contra interesses comerciais, ao mesmo tempo em que fornecem condições equitativas para os fabricantes de alimentos.

Comer muito sal é o principal fator de risco para mortes relacionadas à dieta e à nutrição. Mais evidências estão surgindo documentando as ligações entre a alta ingestão de sódio e o aumento do risco de outras condições de saúde, como câncer gástrico, obesidade, osteoporose e doença renal.

A OMS recomenda às autoridades a implementação de políticas de redução da ingestão de sódio sem demora e para mitigar os efeitos nocivos do consumo excessivo de sal.

TRAGÉDIA FERROVIÁRIA

# Grécia: 65 mil pessoas protestam e pedem renúncia do governo

Mais de 65 mil pessoas saíram às ruas na Grécia para protestar, após o desastre de trem que matou 57 pessoas na semana passada. Os manifestantes pedem agora a renúncia do governo. A Grécia está paralisada desde quarta pela greve decretada em diversos setores, principalmente no transporte e nos serviços públicos, para protestar contra o governo pela tragédia ferroviária.

Em 28 de fevereiro, um acidente de trem próximo à cidade de Larissa - a cerca de 350 km ao norte da capital, Atenas - matou 57 pessoas. Os trens percorreram o mesmo trilho por quilômetros, sem que ninguém percebesse, e colidiram frontalmente. Das 350 pessoas que estavam nas composições, muitas eram jovens e estudantes - e 14 continuam hospitalizadas.

Na quarta-feira foram registrados confrontos com a polícia em Atenas, onde ocorreu o maior

protesto, com cerca de 40 mil pessoas. Manifestantes lançaram coquetéis molotov em frente ao Parlamento e incendiaram uma van e caixotes de madeira.

Em Tessalônica, segunda maior cidade do país, a manifestação se concentrou do lado de fora da estação ferroviária. Lá, um grupo chegou a arremessar pedras contra um edifício público.

Servidores fizeram uma paralisação por 24 horas, assim como professores do ensino fundamental, médicos, motoristas de ônibus, maquinistas dos metrô e capitães de embarcações utilizadas no transporte entre as ilhas gregas.

Trabalhadores da área ferroviária, que já estavam em situação de greve de quinta-feira da semana passada, dia 2, afirmam que o acidente da última semana denuncia o estado em ruínas da malha do país. Eles apontam negligência

do governo, que teria falhado ao ignorar os avisos das graves falhas técnicas da linha feitos muito antes da tragédia.

"Nós, motoristas, apresentamos queixas sobre essas questões, fizemos greve para isso, alertamos, protestamos", disse o representante Kostas Genidounias à Reuters. "Eles disseram que estávamos mentindo, que éramos caluniosos e tínhamos outros interesses. No final, a tragédia mostrou que os trabalhadores estavam certos".

O investimento inferior ao necessário nas linhas é também legado da longa crise de dívida do país europeu. Nas manifestações, muitos gregos reclamaram da decadência dos serviços públicos desde que planos de austeridade foram impostos pelos credores da Grécia.

Horas após o acidente, o primeiro-ministro grego Kyriakos Mitsotakis, cujo mandato termina em julho deste ano, afir-

mou que o ocorrido foi um "trágico erro humano". A fala foi duramente criticada.

O premiê pediu desculpas às famílias das vítimas pelo acidente no domingo 5, cinco dias após a tragédia. Também solicitou ajuda à União Europeia, que deve enviar especialistas de sua agência ferroviária ao país ainda nesta semana.

O governo, de orientação conservadora, anunciou a suspensão do serviço ferroviário enquanto analisa a segurança das linhas. "Nenhum trem partirá novamente se não tivermos segurança no máximo nível possível", disse em entrevista coletiva o novo ministro dos Transportes, George Gerapetrite.

Ele assumiu a chefia da pasta na semana passada após a renúncia de Kostas Karamanlis e afirmou que vai esclarecer as causas do acidente. O novo titular da pasta também se comprometeu a investir fun-

dos na atualização da infraestrutura e na contratação de funcionários.

Em 2017, durante a crise que assolou o país, a Grécia vendeu suas operações ferroviárias, hoje chamadas Hellenic Train, para a Ferrovie Dello Stato, da Itália. A empresa privada, também apontada como culpada pelos manifestantes, respondeu às acusações dizendo que a responsabilidade pela manutenção da rede seria da empresa pública grega OSE. O chefe da estação de Larissa, que reconheceu sua responsabilidade no acidente, está em prisão provisória e pode ser condenado a prisão perpétua.

O acidente na Grécia já está entre os mais letais em solo europeu nos últimos 25 anos, de acordo com um levantamento realizado pela France-Presse. De acordo com a base de dados utilizada pela agência francesa, apenas cinco acidentes envolvendo trens provocaram mais mortes no continente, o maior deles, um descarrilamento que matou 101 pessoas e deixou 88 feridos em Eschede, no norte da Alemanha, em 3 de junho de 1998.

## OFENSIVA

# Planalto oferece cargos de 2º escalão para barrar CPI

O governo avalia que criar uma comissão parlamentar agora atrapalharia votações importantes, como a da nova âncora fiscal e a da reforma tributária

O Palácio do Planalto deflagrou uma operação para convencer deputados e senadores a retirar assinaturas do requerimento que pede a abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas de 8 de janeiro. A ofensiva inclui oferta de nomeações para cargos de segundo escalão nos Estados, como diretorias do Banco do Nordeste (BNB), além de superintendências da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).

O governo também pressiona ministros de partidos aliados, principalmente do União Brasil, a ajudar na missão "abafa CPI". Há três dias, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu manter o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, apesar das acusações contra ele, avisou que exigiria apoio no Congresso.

Na avaliação do Planalto, criar uma comissão parlamentar agora atrapalharia votações importantes, como a da nova âncora fiscal e a da reforma tributária. "CPIs que são mobilizadas por quem passou pano nos atos terroristas não são os melhores instrumentos para fazer apuração", disse o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. "Nós estamos indo atrás de quem financiou a tentativa de golpe de Estado."

Autor do pedido de investigação dos atos de 8 de janeiro, o deputado André Fernandes (PL-CE) afirmou que três colegas - Chiquinho Brazão (União Brasil-RJ), Célio Silveira (MDB-GO) e Pastor Gil (PL-MA) - retiraram as assinaturas do requerimento. "Eles estão retirando, mas a gente está colocando mais", minimizou. Fernandes disse que cinco deputados - Milton Vieira (Republicanos-SP), Luiz Nishimori (PSD-PR), Junior Lourenço (PL-MA), Celso Ruspomanno (Republicanos-SP) e Luciano Vieira (PL-RJ) - aderiram

ao movimento. Hoje, o requerimento tem o apoio de 191 deputados e 35 senadores.

Na sessão de quarta-feira, 8, na Câmara, Fernandes reproduziu um áudio antigo de Lula defendendo CPs. As discussões foram acaloradas. A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), protestou e houve bate-boca. Miguel Ângelo (PT-PR) afirmou ter sido agredido pelo colega José Medeiros (PL-MT). "Ele me empurrou e pisou no meu pé", disse Ângelo. "Nós estamos próximos. Se pisei, peço desculpas", afirmou Medeiros.

Apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro, o autor do requerimento da CPMI está na mira da Procuradoria-Geral da República, que pediu ao Supremo Tribunal Federal a abertura de inquérito para investigar sua participação em convocação para invadir a Corte, o Planalto e o Congresso Nacional.

Lula deixou a distribuição dos cargos de segundo escalão para março e abril justamente para avaliar o tamanho de cada força política no Congresso. No mês passado, por exemplo, o governo entrou em campo para ajudar a reeleger o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na disputa contra o bolsonarista Rogério Marinho (PL-RN). Agora, age para que deputados e senadores retirem assinaturas da CPMI, acompanha quem dará as cartas nas comissões da Câmara e do Senado e monitora o painel de votações.

A futura, porém, é cada vez mais cobrada por partidos que, mesmo tendo ministérios, prometem independência na relação com o Planalto. "Fomos nós que entregamos a PEC da Transição ao governo. Se tem alguém devendo algo, em alguma coisa, é o governo a nós e não o contrário", afirmou o líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA). O deputado foi o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permitiu a Lula aumentar gastos do Executivo para pagamento de despesas, como o novo Bolsa Família.

O União Brasil controla os ministérios das Comunicações,



Fernandes afirmou que Chiquinho Brazão, Célio Silveira e Pastor Gil retiraram as assinaturas do requerimento

do Turismo e da Integração. Juscelino Filho ganhou sobrevida após Lula ter sido informado de que sua demissão tinha potencial para unificar o Centrão contra o governo. O ministro usou avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e diárias de hotel pagas com dinheiro público, de 26 a 30 de janeiro, para uma viagem a São Paulo, na qual passou a maior parte do tempo em compromissos particulares, como leitões de cavalos.

Dos 59 deputados do União Brasil, 28 foram favoráveis à criação da CPMI. Até agora, só um parlamentar da legenda - que tem a terceira maior bancada na Câmara - removeu o nome do requerimento. Doze congressistas do MDB e outros 8 do PSD também endossaram o pedido. Os dois partidos integram a base

e, a exemplo do União Brasil, comandam três pastas cada.

"Eu estou trabalhando para que nossos aliados retirem as assinaturas, sim. Quem é governo não pode querer essa CPI", argumentou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). Para que a CPMI seja instalada é necessário o apoio de no mínimo 171 deputados e 27 senadores.

A presidência da Codevasf continuará sob controle do engenheiro Marcelo Moreira, aliado do líder do União Brasil. A empresa ficou conhecida por servir como duto das emendas do orçamento secreto. Superintendências do Dnocs são disputadas pelo Avante, União Brasil e PP. Mesmo tendo integrantes de seu grupo no governo, Elmar garantiu que os votos do par-

tido dependerão do tema das votações.

"Se for tratar de imposto, eu não vou votar. Reforma tributária, desde que não aumente imposto, a gente vota. Quer tratar reforma administrativa? A gente vota. Quer tratar invasão de terra? Vamos ser contra", avisou o deputado. Elmar declarou, ainda, que não pedirá para quem assinou o requerimento da CPMI voltar atrás "Mantemos a postura independente", insistiu.

O deputado Ubiratan Sanderson (PL-RS) disse ter ouvido uma tentativa de suborno do governo Lula para enterrar a CPMI. Não apresentou qualquer prova ou mesmo indício sobre a acusação, mas, mesmo assim, publicou a denúncia nas redes sociais.

## BOLSONARO

## PGR pretende arquivar investigação no Supremo

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou pelo arquivamento de pedido de investigação sobre a conduta do ex-presidente Jair Bolsonaro em reunião com embaixadores em julho do ano passado. Na ocasião, Bolsonaro desferiu ataques a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e acusou, sem provas, suposta fraude no sistema eleitoral.

O pedido foi apresentado por parlamentares do PT, PSOL, PV, PSB e PDT, que atribuíram a Bolsonaro os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e de incitação de animosidade das Forças Armadas contra os poderes constitucionais.

A vice-procuradora geral da República, Lindôra Araújo, afirmou não ver indícios de crimes nas falas de Bolsonaro. "Conquanto sejam questionáveis política e administrativamente as manifestações do ex-mandatário JAIR MESSIAS BOLSONARO, não se divisa de seu conteúdo potencialidade lesiva aos bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal hábil a justificar a adoção de iniciativas persecutórias", escreveu na manifestação.

Para Lindôra, o discurso de Bolsonaro "reveste-se, em verdade, de mera impressão sem a aptidão para abolir o Estado Democrático de Direito ou fomentar o acirramento de ânimos na caserna contra o Tribunal Superior Eleitoral e seus ministros".

A PGR defendeu também o arquivamento de notícia-crime apresentada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PT). Bolsonaro alegou que os acusados teriam ofendido sua honra ao chamá-lo de "genocida" e ao associá-lo ao canibalismo.

Para Lindôra Araújo, as imputações, no contexto em que foram proferidas, tinham caráter eleitoral, não penal. Na época, Lula era pré-candidato à Presidência da República. "É nessa linha que as palavras antes destacadas foram empregadas, ou seja, de atribuição de uma responsabilidade política e não propriamente jurídica. Não havia, por evidente, atribuição do crime de genocídio no sentido penal", escreveu a procuradora.

Lindôra também apontou que o presidente não pode ser responsabilizado por atos anteriores ao exercício do cargo. "Não é demais lembrar que tal regra não conduz à irresponsabilidade penal do Chefe do Poder Executivo Federal, mas apenas e tão somente que por tais crimes não poderá ser responsabilizado enquanto não cessar a investidura no cargo", ressaltou.

A PGR pediu ainda ao Supremo Tribunal Federal (STF) a rejeição de denúncia apresentada pela própria instituição contra a presidente do PT e o ex-ministro do Planejamento e das Comunicações Paulo Bernardo no âmbito da investigação da Operação Lava Jato.

A denúncia acusava Gleisi e Paulo Bernardo de participarem de esquema de corrupção e receberem propina de R\$ 1 milhão da Odebrecht proveniente de lavagem de dinheiro na Petrobras. Ainda segundo a denúncia, Gleisi seria uma das mais beneficiadas pelo esquema.

Agora, a vice-procuradora-geral da República disse que foi feita uma "reavaliação do entendimento anteriormente exposto, a partir de uma análise aprofundada das teses defensivas apresentadas pelos denunciados" e que a PGR entendeu que não foram apresentadas provas mínimas para a instauração de um processo.

## SUPERFATURAMENTO

# PF apreende passaporte e bens do governador do Acre

A Polícia Federal abriu na manhã de quinta-feira, 9, a terceira etapa da Operação Ptolomeu - investigação sobre supostos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a cúpula do Governo do Acre. Um dos alvos da investigação é o chefe do Executivo estadual Gladson Cameli (PP) - ele não é alvo de buscas no bojo da ofensiva, mas o Superior Tribunal de Justiça mandou apreender o passaporte do mandatário.

Cameli também está na lista de investigados que teve bens bloqueados a mando da Corte superior. Ao todo, o STJ determinou a indisponibilidade de R\$ 120 milhões. A ordem atinge mansões, apartamentos, carros e até aeronaves. Em nota, o governador afirmou que está à disposição das autoridades.

A nova fase ostensiva da Ptolomeu mobilizou cerca de 300 agentes para cumprir 89 mandados de busca e apre-

ensão em endereços do Acre, Piauí, Goiás, Paraná, Amazonas, Rondônia e Distrito Federal. As diligências são executadas nas cidades de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Brasília (AC), Manaus, Porto Velho, Brasília, Teresina, São Paulo, Curitiba, Chapadão do Céu e Luziânia (GO).

As imagens das diligências mostram viaturas da PF em frente a órgãos como a Secretaria de Estado de Obras Públicas, a Casa Militar e o Departamento Nacional Estradas Rodagem do Acre. Segundo a Polícia Federal, a operação 'busca o ressarcimento de parte dos valores desviados dos cofres públicos'. A Controladoria-Geral da União ressalta que os desvios se deram no bojo de obras de infraestrutura e manutenção de unidades de saúde e escolas.

A ministra Nancy Andrighi, relatora do inquérito no STJ, também determinou a sus-

ensão de atividades econômicas de 15 empresas sob suspeita e impôs medidas cautelares diversas da prisão - suspensão do exercício da função pública, proibição de acesso a órgãos públicos, impedimento de contato entre investigados e proibição de se ausentar do país, com a entrega de passaportes no prazo de 24 horas.

De acordo com a CGU, as ordens decretadas incluem: 21 sequestro de bens; 31 afastamentos de cargo ou função pública; 57 proibições de contato e acesso à órgão público; 57 entregas de passaportes; 70 quebras de sigilo bancário e fiscal.

A ofensiva é um desdobramento das primeiras duas fases da investigação, nas quais a PF identificou 'organização criminosa, controlada por agentes políticos e empresários ligados ao Poder Executivo estadual acreano, que atuavam no des-

vio de recursos públicos, bem como na realização de atos de ocultação da origem e destino dos valores subtraídos'.

Segundo a CGU, a quadrilha sob suspeita fraudava contratações públicas no Acre com recursos da saúde, da educação e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), relacionadas à execução de obras de infraestrutura e serviços de manutenção predial. Os investigadores apuram supostas fraudes em contratações, superfaturamento de contratos, pagamento vantagens indevidas e lavagem de capitais para promover o enriquecimento ilícito de servidores públicos.

A Controladoria aponta que análises realizadas em parceria com a PF identificaram 'superfaturamento e inexecução contratual' em pelo menos quatro contratos com empresas da área de construção civil. De acordo

PREPARAÇÃO

# Bento Albuquerque pede para adiar depoimento sobre joias

Albuquerque tinha a opção de declarar os objetos e explicar que se tratava de um presente de um governo para outro, mas o ministro não aceitou fazer isso

O depoimento à Polícia Federal do ex-ministro de Minas e Energia almirante Bento Albuquerque sobre o caso das joias de Jair e Michelle Bolsonaro foi adiado para a próxima terça-feira, 7. O governo Bolsonaro tentou trazer ilegalmente ao Brasil um conjunto de colar e brincos de diamante de R\$ 16,5 milhões. O presente foi dado pela Arábia Saudita, e retido na alfândega do Aeroporto Internacional de Guarulhos. A comitiva brasileira conseguiu entrar no País, contudo, com uma segunda parte das joias, que hoje está na posse do ex-presidente. O pedido para adiar o depoimento partiu da própria defesa de Bento Albuquerque. O interrogatório será feito por videoconferência. O oficial iria depôr na quinta-feira, 9. A investigação da Polícia Federal foi aberta a pedido do ministro da Justiça, Flávio Dino.

Os bens foram ofertados a Bolsonaro pela Arábia Saudita durante a cerimônia de lançamento da Iniciativa Oriente Médio Verde, entre 20 e 26 de outubro de 2021. O ex-presidente não participou do evento e, por isso, enviou o então ministro de Minas e Energia para o representar. Parte das joias foi retida pela Receita Federal durante a volta dessa comitiva.

Bento Albuquerque e o seu assessor, Marcos André Soeiro, desembarcaram em Guarulhos com as joias no dia 26 de outubro de 2021. O auxiliar optou pela saída "nada a declarar" para deixar a área do aeroporto sem registrar a posse dos diamantes, o que, na prática, infringe a legislação brasileira. A manobra, contudo, foi frustrada. Albuquerque tinha a opção de declarar os objetos e explicar que se tratava de um presente de um governo para outro, mas o ministro não aceitou. Se assim o fizesse, os itens passariam a ser do acervo público, não mais de Bolsonaro.

No total, o governo Bolsonaro fez oito tentativas para reaver as joias. Ele usou três ministérios - Minas e Energia, Economia e Relações Exteriores -, além de militares. Registro do Portal da Transparência revela que a demanda partiu do próprio presidente da República.

Na quinta-feira, a Receita Federal entregou as informações requisitadas pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre as joias milionárias apreendidas com a comitiva do Ministério das



Bento Albuquerque e o seu assessor, Marcos André Soeiro, desembarcaram em Guarulhos com as joias no dia 26 de outubro de 2021

SAÍDA COLETIVA

## Corregedor da Receita indicado pela família Bolsonaro é exonerado

O corregedor da Receita Federal, João José Tafner, teve sua exoneração do cargo publicada no Diário Oficial da União (DOU) na quinta-feira, 9. Ele havia apresentado seu pedido de demissão na quarta-feira, após ameaça de saída coletiva de servidores da Corregedoria. Indicado ao posto pela família Bolsonaro, Tafner declarou que sofreu pressão para não apurar denúncias envolvendo informações sigilosas de desafetos do ex-presidente. O mandato do agora ex-corregedor terminaria apenas em fevereiro de 2025.

Há uma semana, Tafner declarou que vinha sofrendo pressão do então secretário da Receita Julio Cesar Vieira Gomes, e do então subsecretário-geral, José de Assis Ferraz Neto, para não apurar denúncias e amenizar possíveis punições contra o ex-chefe de inteligência do órgão,

Ricardo Feitosa.

Segundo reportagem do jornal Folha de S.Paulo, Feitosa teve acesso e copiou, em julho de 2019, dados sigilosos e fiscais do coordenador responsável pela investigação do suposto caso de "rachadinhas" envolvendo o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e de outros políticos que romperam com a família Bolsonaro, como o empresário Paulo Marinho e o ex-ministro Gustavo Bebianno.

O ex-chefe da Receita Julio Cesar Vieira Gomes está envolvido diretamente no escândalo das joias de diamantes avaliadas em R\$ 16,5 milhões que o governo Bolsonaro tentou trazer ilegalmente para o País. Para conseguir liberação das peças, Gomes pressionou servidores de diversos departamentos, por meio de mensagens de texto enviadas por aplicativos como Whatsapp, gravou áudios, fez tele-

fonemas e encaminhou e-mails sobre o assunto. A pressão chegou também a subsecretários do órgão.

A atuação de Vieira Gomes no caso das joias também era alvo de denúncia de servidores na corregedoria do Ministério da Fazenda. Tais servidores já haviam manifestado preocupação com a autonomia do agora ex-corregedor para investigar o escândalo, justamente por causa de sua proximidade com a família Bolsonaro, e ameaçavam uma demissão coletiva.

Nomeado pelo ex-ministro da Economia Paulo Guedes, Tafner chegou ao cargo em fevereiro de 2022 como um simpatizante do ex-presidente Jair Bolsonaro. Auditor fiscal desde 2007, ele apoiou a campanha para deputado federal do também auditor fiscal Marcus Dantas. Em fotos nas redes sociais, Tafner aparece ao lado do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e de Dantas durante a campanha usando adesivos do então candidato e a camiseta da seleção brasileira, que se tornou uniforme dos apoiadores do presidente.

Minas e Energia do governo Bolsonaro no aeroporto de Guarulhos em outubro do ano passado.

O órgão havia pedido 20 dias para organizar os dados, mas a entrega foi acelerada. A partir do material recebido, os procuradores vão definir os próximos passos. Não há prazo para a conclusão dessa análise. O procedi-

mento tramita em sigilo na Procuradoria em Guarulhos.

O MPF afirma que, inicialmente, recebeu apenas um 'relato simples' sobre a apreensão e avisou que precisava de todas informações disponíveis. Na prática, os procuradores dependiam dos documentos reunidos pela Receita Federal

para começar o trabalho.

O Ministério Público Federal também informou que a Receita Federal não havia reportado o caso. A apreensão aconteceu em outubro de 2021. A denúncia, chamada de notícia de fato, só foi formalizada na última sexta-feira, 3.

Como não existe uma investigação instaurada no MPF, os

pedidos de informação estão sendo feitos informalmente, porque não há meios para notificações oficiais.

Se o MPF decidir abrir uma investigação, é possível que ela corra em conjunto com o inquérito que já está em curso na superintendência da Polícia Federal em São Paulo.

por ataques ao sistema eleitoral realizados em reunião com embaixadores no Palácio da Alvorada em julho do ano passado. O corregedor quer ouvir Torres a respeito do seu eventual envolvimento na reunião e sobre as circunstâncias relativas à chamada "minuta de golpe" apreendida em sua casa pela Polícia Federal. A inclusão do documento como prova contra Bolsonaro na investigação foi aprovada por unanimidade pelo TSE no mês passado.

Se autorizada, a oitiva deve ser realizada em 16 de março, por videoconferência. O depoimento depende do aval de Moraes porque Torres está preso no âmbito de inquérito sob sua relatoria. O ex-secretário é suspeito de omissão na condução das forças de segurança pública em 8 de janeiro, quando extremistas invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes em Brasília.

SILÊNCIO

# Anderson Torres não comparece à CPI e depoimento é remarcado

O ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública Anderson Torres não compareceu à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos atos antidemocráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), que ouviria seu depoimento na quinta-feira, 9. O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, havia determinado na terça-feira, 7, que Torres poderia ficar em silêncio durante o depoimento.

Na decisão, o magistrado esclareceu que o ex-ministro poderia comparecer se qui-

sesse, já que Torres está preso e a lei não permite que sejam feitas conduções coercitivas de investigados para depoimentos.

O presidente da comissão, o deputado Chico Vigilante (PT-DF), apresentou requerimento para que o ex-secretário seja ouvido na próxima quinta-feira, 16, em sessão reservada. "Ele disse que tem muito a falar, então queremos que ele fale. Estamos colocando todas as condições para que ele venha, por isso estou apresentando esse requerimento", disse Vigilante.

Segundo a Câmara Legislativa, não haverá transmissão ao vivo e nem presença da imprensa. Apenas membros da comissão e servidores selecionados poderão acompanhar o depoimento. Ao ser questionado pelo deputado Hermeto Neto (MDB-DF), relator do caso, Vigilante prometeu divulgar posteriormente as informações.

Anderson Torres está sendo investigado por suposta omissão durante a invasão às sedes dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro em Brasília. O ex-ministro estava de férias nos Esta-

dos Unidos quando apoiadores do presidente Bolsonaro depredaram o local. Ele está preso desde o dia 14 de janeiro no Batalhão de Aviação Operacional, no 4º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), no Guará.

O corregedor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Benedito Gonçalves, pediu autorização ainda ao ministro Alexandre de Moraes para ouvir o ex-ministro da Justiça em ação que pode tornar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) inelegível.

Bolsonaro é investigado

RASTRO DE CRIMES



Bonfim: "esses bens são do Estado"

## PSOL pede confisco de joias com Bolsonaro

A deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL) pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU), o confisco das joias em posse do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Bolsonaro recebeu pessoalmente, em novembro do ano passado, o segundo pacote de joias da Arábia Saudita que chegou ao Brasil pela comitiva do ex-ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. O estojo está no acervo privado do ex-presidente. O pacote continha relógio com pulseira em couro, par de abotoaduras, caneta rosa gold, anel e um masbaha (uma espécie de rosário islâmico) rose gold, todos da marca suíça Chopard.

No ofício enviado ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, a deputada Sâmia Bomfim destaca que os itens que hoje estão sob a posse de Bolsonaro não foram inspecionados pela Receita Federal ao entrar no País, em outubro de 2021. A parlamentar afirma ainda que os fatos violam os princípios constitucionais da razoabilidade e da moralidade.

"Bolsonaro deixou um rastro de crimes ao se empoderar dessas joias. A forma que os objetos entraram no Brasil sem terem sido declarados para a Receita tem nome: é contrabando. É inconcebível que um presidente da República se preste a agir assim, mandando um funcionário do governo esconder joias numa mochila. Esses bens são do Estado brasileiro, são do povo, e vamos zelar até que sejam confiscados", afirma ela. Ainda não houve resposta do tribunal.

O TCU abriu também um processo para investigar o caso. A relatoria ficou com o ministro Augusto Nardes, aliado de Bolsonaro. O ex-presidente ter incorporado as joias ao seu patrimônio privado pode causar problemas.

Em um primeiro momento, Bolsonaro negou ter recebido as joias. Depois o ex-presidente mudou a versão, confirmou a posse das joias e passou a argumentar que os bens são de "caráter personalíssimo". A defesa se sustenta em acórdão do próprio TCU que determinou a devolução de presentes recebidos por Lula e Dilma Rousseff. Na ocasião, o tribunal entendeu que itens personalíssimos, como roupas e bonés, podem ficar no acervo privado do presidente da República. O relator do caso, ministro Walton Alencar, durante o julgamento declarou que joias como uma esmeralda devem ficar no acervo público.

Um outro pacote de joias da Arábia Saudita está retido na alfândega do Aeroporto Internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo. O governo de Jair Bolsonaro tentou trazer ilegalmente para o País um conjunto de colar, brincos, anel e relógio de pulso da marca Chopard, além da miniatura de um cavalo ornamental, avaliados em 3 milhões de euros, o equivalente a R\$ 16,5 milhões. Esse estojo também estava na bagagem da comitiva de Albuquerque.

O governo Bolsonaro fez oito tentativas para reaver as joias, mas não obteve sucesso. Para isso, ele usou três ministérios - Minas e Energia, Economia e Relações Exteriores -, além de militares. Registro do Portal da Transparência revela que a demanda partiu do próprio presidente da República.

## SKINCARE

# Anna Pegova receberá R\$ 25 milhões de investimentos da Solum Capital

O setor de skincare teve um faturamento de R\$ 15,3 bilhões em 2020 e a previsão é chegar aos R\$ 21,2 bilhões em 2025. O Brasil é o quarto mercado de varejo de produtos de beleza

**A** Solum Capital – gestora brasileira de fundos private equity com foco em empresas de faturamento anual na faixa entre R\$ 10 milhões e R\$ 150 milhões – fará um investimento total de até R\$ 25 milhões na Anna Pegova ao longo de 2023. A companhia, que trabalha com produtos e serviços de beleza e bem-estar, está posicionada em um dos mercados que mais cresce no Brasil: o skincare. O diferencial da marca está na oferta de um tratamento completo, com a união de serviços de estética com dermocosméticos: um one-stop shop do tratamento de pele. De acordo com dados do Euromonitor, o setor de skincare teve um faturamento de R\$ 15,3 bilhões em 2020 e a previsão é chegar aos R\$ 21,2 bilhões em 2025. O Brasil é o quarto mercado de varejo de produtos de beleza e cuidados pessoais do mundo e o maior da América Latina, também de acordo com do Euromonitor.

A partir do aporte da Solum Capital, os planos de crescimento da Anna Pegova incluem a expansão da base de lojas próprias e franquias (das 25 atuais para 100 em 2027), expansão do canal de vendas através de profissionais de estética e harmonização facial, canais digitais de vendas, e ampliação das ações de marketing, especialmente via brand awareness e digital. A receita bruta projetada para 2027 é de superar os R\$ 330 milhões.

“Os dados mostram que o nosso tratamento completo, que é a associação de dermocosméticos com serviços estéticos, proporciona uma recorrência maior, uma vez que nossos clientes estão satisfeitos com os resultados potencializados. O fato de termos mais de 50 anos de experiência em nossos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento nos torna um ativo único no mercado. Acreditamos que a experiência em varejo da Solum soma ao nosso grupo, acelerando nosso crescimento”, afirma Kevin Zehil, CEO da Anna Pegova.

Além do potencial de crescimento, o mercado de skin-



Zehil: “os dados mostram que o nosso tratamento completo, que é a associação de dermocosméticos com serviços estéticos, proporciona uma recorrência maior”

care tem se mostrado resiliente aos cenários de recessão econômica. Em 2021, o setor já tinha se recuperado dos impactos causados pela crise de covid-19, quando ana-

lisados os números do saldo de emprego na atividade de varejo de cosméticos. Para os próximos anos, um dos motores da expansão do segmento de skincare inclui o envelheci-

mento da população, com a chegada de 17,7 milhões de brasileiros à faixa dos 30 anos no período de 2021 a 2030. Também contribui favoravelmente com o setor o conheci-

mento cada vez mais aprofundados dos consumidores em relação aos benefícios trazidos pelos produtos para a prevenção e saúde da pele.

“Acreditamos nas vanta-

gens competitivas da Anna Pegova no mercado, seu alto potencial de crescimento, o legado dos fundadores que se perpetua até hoje. Enquanto sócios minoritários e estratégicos, nossa contribuição será no sentido de gerar valor para a empresa investida, assessorando-a de forma proativa e contribuindo com melhores práticas de gestão e operacionais, acelerando o processo para uma mudança de patamar”, afirma Donato Ramos, CEO da Solum Capital. O executivo liderou nos últimos anos o processo de expansão e governança de marcas como Mundo Verde, Imaginarium e Puket, que têm similaridades com a Anna Pegova. A partir do investimento, a Solum Capital passa a ter uma participação minoritária na companhia.

O início da marca começou nos anos de 1940, quando a russa Anna Pegova chega à França. Em Paris, ela se destaca como cosmetóloga, criando soluções inovadoras para a pele como o peeling vegetal. Já em 1947, ela cria a marca com seu nome e inaugura sua primeira loja, frequentada por artistas e personalidades da época como Edith Piaf e Helena Rubinstein. A chegada da marca no Brasil ocorre anos depois, em 1975, quando o casal Nicolas e Claude Hanna vem ao Brasil para expandir a marca localmente.

A visão empreendedora do casal e futuramente com ajuda dos filhos, fez com que a marca se consolidasse como um grande expoente em qualidade no mercado de cosmética e estética, desenvolvendo fórmulas de alta tecnologia através de seus laboratórios.

A Anna Pegova conta hoje com 26 unidades em todo o País – sendo 8 próprias e 18 franquias –, um mix de mais de 90 produtos e 25 serviços de estética, além de vendas no canal B2B para mais de 1200 profissionais de estética e harmonização facial e um e-commerce, que responde por 10% das vendas. Atualmente, a companhia é liderada pela segunda geração da família e pelo CEO, Kevin Zehil, pertencente à terceira geração, e que está no cargo desde 2019.

## PREJUÍZOS

## Fragilidade na segurança cibernética ameaça soberania digital do Brasil

No Brasil, apenas em 2022, aconteceram 103,16 bilhões de tentativas de ataques cibernéticos. Os alvos são variados: desde contas privadas de pessoas e empresas a órgãos públicos, como instituições ligadas à saúde, tribunais de justiça e entes da administração pública. Os prejuízos vão desde as perdas financeiras ao prejuízo na oferta de serviços governamentais, chegando, mesmo, ao âmbito político, como a disseminação massiva de fake news.

Para analisar as dimensões das políticas públicas voltadas para esse setor, pesquisadores do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da Escola de Direito do Rio de Janeiro

da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito Rio) elaboraram o estudo “Cibersegurança: uma visão sistêmica rumo a uma proposta de marco regulatório para um Brasil digitalmente soberano”, que faz uma análise das diferentes dimensões da cibersegurança e dos impactos das vulnerabilidades existentes na soberania digital do país, avaliando os prejuízos, inclusive à democracia brasileira.

Coordenado pelo professor da FGV Direito Rio, Luca Belli, que dirige o CTS da FGV Direito Rio, o estudo destaca que ameaças de cibersegurança não se referem somente aos ataques ou falhas que levam a perda, destruição, bloqueio ou acesso

não autorizado às informações, sistemas ou infraestruturas críticas, mas podem afetar também o funcionamento das estruturas democráticas e o pleno gozo de direitos fundamentais de brasileiros e brasileiras.

Contando com a participação dos pesquisadores do CTS da FGV Direito Rio, Bruna Franqueira, Erica Bakonyi, Larissa Chen, Natalia Couto, Sofia Chan, Nina da Hora e Walter B. Gaspar, a pesquisa explora os tipos de ataques mais frequentes, como desinformação, software ou código malicioso (malware), fraudes, falsidade ideológica/roubo de identidade e vazamento de dados

e aponta caminhos regulatórios para mitigar e lidar com as ameaças cibernéticas.

Inédito no Brasil, o trabalho propõe a criação de um Marco de Cibersegurança e Soberania Digital, bem como de um órgão que possa, na prática, fiscalizar tais ações. “A cibersegurança é um assunto que afeta cada indivíduo, cada empresa e cada instituição. Apesar dos notáveis avanços dos últimos anos, o Brasil continua tendo uma abordagem extremamente fragmentada e compartimentada. Essa situação cria uma quantidade enorme de vulnerabilidades: é como com- prar portas de aço deixando as janelas abertas. A preocupação

com cibersegurança, educação digital e investimentos estratégicos no desenvolvimento de infraestruturas digitais nacionais deve ser central para que o Brasil se torne um país digitalmente soberano em vez de uma colônia digital vulnerável”, explica o professor Luca Belli.

O lançamento da pesquisa ocorreu na quinta-feira, dia 9 de março, durante a conferência internacional “Cibersegurança e Soberania Digital”.

Para contribuir de maneira proativa ao desenvolvimento de um debate público urgente sobre esses temas essenciais para o futuro do Brasil, este trabalho se conclui com uma proposta inicial para um Marco

de Cibersegurança e Soberania Digital, voltada a promover um ambiente digital seguro e sustentável e capaz de traduzir o enorme conhecimento gerado pelos stakeholders brasileiros em políticas públicas e ações concretas pelo desenvolvimento do País. A proposta inicial para um Marco de Cibersegurança e Soberania Digital reflete todos os elementos apresentados ao longo deste trabalho em forma de sugestão normativa, com o objetivo de estimular um debate público aberto, inclusivo e democrático sobre como o País pode construir sua soberania digital e fortalecer sua cibersegurança. A proposta destaca a necessidade de uma Estratégia Nacional de Cibersegurança e Soberania Digital, define os elementos fundamentais da soberania digital, chama a atenção para a definição de padrões de cibersegurança, bem como de mecanismos de certificação de cibersegurança e de resposta a incidentes de cibersegurança.

## DISPARIDADE

# Tanque de gasolina consumiu 10% da renda das famílias do Nordeste

A região Norte fica em segundo lugar, com o equivalente a 7,8%. As cidades da região Centro-Oeste, com 4,8%, e Sudeste, 4,9%, são as que pagam a menor porcentagem da renda mensal com um tanque de gasolina comum.

O valor necessário para abastecer um tanque de 55 litros de gasolina comum pesou mais para as famílias da região Nordeste, de acordo com dados da edição de fevereiro do Panorama Veloe de Indicadores de Mobilidade, que foi divulgado na quinta-feira.

O Indicador de Poder de Compra de Combustíveis, que integra o Panorama Veloe, produzido em parceria pelo hub de mobilidade e logística e a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) identificou que, para os nordestinos, o valor da gasolina representou média de 10% da renda média familiar, quase o dobro da média nacional, de 5,9% da renda domiciliar no último trimestre de 2022. O percentual nacional de fevereiro representa uma queda de 0,9 pontos percentuais em comparação ao terceiro trimestre, quando o valor foi de 6,8%.

A região Norte fica em segundo lugar, com o equivalente a 7,8%. As cidades da região Centro-Oeste, com 4,8%, e Sudeste, 4,9%, são as que pagam a menor porcentagem da renda mensal com um tanque de gaso-

lina comum. Ainda sobre o indicador, os estados onde o tanque de combustível representava maior oneração da renda familiar no período foram Maranhão e Bahia, ambos com índice de 11,2%. Já o Distrito Federal foi o de menor valor percentual, com 3,1%. O estado é seguido por São Paulo, onde o tanque de gasolina comum equivale a 4,4% da renda domiciliar.

O Panorama é divulgado mensalmente a partir de dados da Veloe; da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas); da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), referentes ao último trimestre de 2022, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Outro indicador do Panorama Veloe é o Monitor de Preços de Combustíveis. Na edição mais recente, de fevereiro, o monitoramento identificou que a média nacional de preço por litro de gasolina comum foi de R\$ 5,153. O estado com a gasolina comum mais cara foi o Ceará, onde a média do custo por litro foi de R\$ 5,777. Já o estado com o menor preço médio foi o Amapá, com média de R\$ 4,793 por litro.

O mesmo cenário diz respeito à gasolina aditivada. A média mais cara é no Ceará,



Para os nordestinos, o valor da gasolina representou média de 10% da renda média familiar, quase o dobro da média nacional

onde o litro do combustível fica em R\$ 5,888. No Amapá, menor preço médio, o valor é de R\$ 4,977. Já em relação ao Etanol Hidratado, Roraima é o estado com maior média, R\$ 4,914. O Mato Grosso

foi o estado que registrou a menor média em fevereiro, com R\$ 3,523.

Em relação ao Diesel, o maior preço médio foi registrado no Acre, com R\$ 7,279. O menor valor médio ficou

com Tocantins, R\$ 5,870. O panorama não muda em relação ao diesel S-10, que teve média de preços de R\$ 7,286 no Acre, enquanto Tocantins apresentou média de R\$ 5,912.

Por fim, o GNV (Gás Natural Veicular) teve a maior média no Paraná, com R\$ 5,615. O valor mais baixo ficou com Pernambuco, onde a média é de R\$ 3,640.

O levantamento ainda apontou que em dois estados o etanol hidratado é mais vantajoso do que a gasolina na hora de encher o tanque. No Amazonas e Mato Grosso, o preço do etanol ficou abaixo dos 70% da gasolina, o que indica um custo-benefício maior de um combustível em relação ao outro. Já no estado de Goiás, o índice ficou em 74,8%, indicando que é indiferente abastecer com etanol ou gasolina. Em todas as outras unidades federativas, a gasolina é mais vantajosa na comparação entre preço e desempenho.

Em 28 de fevereiro, o governo anunciou o retorno da cobrança dos impostos PIS e Cofins sobre a gasolina e etanol. Foram considerados R\$ 0,47 para a gasolina e R\$ 0,02 para o etanol. Em levantamento exclusivo do Panorama Veloe, a Fipe identificou que até 6 de março, o preço da gasolina comum teve uma média de acréscimo de R\$ 0,41 por litro no país. A comparação é com o dia 28, quando foi realizado o anúncio. A medida entrou em vigor em 1º de março.

## EDITAL DE OFERTA PÚBLICA VOLUNTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA BR PROPERTIES S.A.

A **SLABS INVESTIMENTOS LTDA.** ("Ofertante"), sociedade controlada indiretamente pela **GP INVESTMENTS, LTD.**, lançou hoje uma oferta pública voluntária ("Oferta") para aquisição de ações da **BR PROPERTIES S.A.** ("Companhia"), visando a aquisição de até 100% do capital social total e votante da Companhia ("Ações"), conforme descrito no edital da Oferta ("Edital") publicado em sua íntegra no dia de hoje nos seguintes websites: [www.brpr.com.br](http://www.brpr.com.br); [www.gp-investments.com/investor-relations/](http://www.gp-investments.com/investor-relations/); <https://www.btgpactual.com/home/investment-bank>; <https://www.gov.br/cvm/pt-br>; <https://www.b3.com.br>; e <https://diariocomercial.com.br/>. Abaixo seguem as principais informações da Oferta.

### 1. Objeto da Oferta

O **BANCO BTG PACTUAL S.A.**, por meio da **BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALOR MOBILIÁRIOS S.A.** ("Corretora"), atuará como instituição intermediária nos termos da Resolução 85 de 31 de março de 2022 e conforme descrito no Edital. A presente Oferta será efetivada com a aceitação incondicionada dos acionistas da Companhia, habilitados nos termos do Edital, observado o volume mínimo de 7.132.020 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas, nesta data, de 61,426% do capital social total e votante da Companhia ("Quantidade Mínima de Ações"), e o volume máximo de 11.610.812 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas, nesta data, de 100% do capital social total e votante da Companhia.

### 2. Preço da Oferta e Condições de Pagamento

A Ofertante pagará o valor de R\$64,00 por cada Ação ("Preço por Ação"), o qual (i) já reflete o grupamento de ações de emissão da Companhia e os efeitos da redução de capital da Companhia no valor de R\$2.510.809.856,20 (dois bilhões, quinhentos e dez milhões, oitocentos e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos), equivalente a aproximadamente R\$216,247567887586 por ação, conforme aprovados no dia 24 de janeiro de 2023 pela assembleia geral extraordinária da Companhia, e (ii) poderá ser ajustado nas hipóteses previstas no Edital. O Preço por Ação corresponde a um prêmio de, aproximadamente, 158% do preço de fechamento das ações, em 9 de março de 2023, 168% da média ponderada do preço das ações de emissão da Companhia, nos últimos 30 dias e 133% da média ponderada do preço das ações de emissão da Companhia nos últimos 90 dias, em todos os casos, considerando os efeitos da redução de capital.

O pagamento do Preço por Ação no âmbito da Oferta será efetuado à vista, em moeda corrente nacional, em 13 de abril de 2023 ("Data de Liquidação"), de acordo com os procedimentos dispostos nos normativos da Câmara de Compensação e Liquidação da B3.

### 3. Condições para Eficácia da Oferta

A realização e consumação da Oferta está condicionada a realização ou não realização, conforme o caso, de determinadas condições previstas no Edital, incluindo a aceitação incondicional da Oferta por acionistas da Companhia que representem, no mínimo, a Quantidade Mínima de Ações, e a efetiva aquisição, pela Ofertante, de tais ações.

### 4. Aceitação e Transferência das Ações

A partir da presente data até as 10h (horário de Brasília) do dia 10 de abril de 2023 ("Data do Leilão"), os acionistas da Companhia que desejarem se habilitar para participar do leilão deverão credenciar a Corretora ou qualquer outra sociedade autorizada a operar no Sistema de Negociação Eletrônico da B3 para representá-los no leilão. Para habilitar-se para o leilão, o respectivo acionista deverá observar os procedimentos descritos no Edital.

Ao aceitar a Oferta, cada acionista habilitado concorda e efetivamente transferir a propriedade de suas Ações objeto da Oferta, de acordo com os termos e condições previstos no Edital, contra o pagamento do Preço por Ação, observado o direito dos acionistas habilitados de optar por uma aceitação incondicionada da Oferta ou por uma aceitação condicionada da Oferta, conforme previsto no Edital.

### 5. Prazo de Validade

A presente Oferta permanecerá válida a partir da presente data e até a Data do Leilão.

### 6. Informações sobre a Ofertante

A Ofertante foi constituída em 19 de janeiro de 2023, como uma sociedade limitada, sendo que suas quotas são integralmente detidas pela Bricks Investments LLC, sociedade controlada indiretamente pela GP Investments, Ltd. A GP Investments, Ltd. é uma companhia líder em investimentos alternativos na América Latina, com forte atuação em gestão de recursos, principalmente em fundos de *private equity*. Foi fundada em 1993 e, pelos últimos 30 anos, soma mais de 50 empresas investidas e US\$ 5 bilhões captados de investidores de todas as partes do mundo. Durante este período, a GP Investments Ltd. acumulou forte experiência na administração de recursos de terceiros, por meio de controle ou controle compartilhado em diversas empresas brasileiras de grande expressão.

Antes de decidir participar da Oferta os acionistas da Companhia devem ler cuidadosamente o Edital e os documentos relacionados à Oferta publicados em sua íntegra nos seguintes websites: [www.brpr.com.br](http://www.brpr.com.br); [www.gp-investments.com/investor-relations/](http://www.gp-investments.com/investor-relations/); <https://www.btgpactual.com/home/investment-bank>; <https://www.gov.br/cvm/pt-br>; <https://www.b3.com.br>; e <https://diariocomercial.com.br/>.

Infórmes fatores podem afetar os resultados futuros da Companhia e podem fazer com que esses resultados se desviem dos resultados previstos nas declarações prospectivas. Outros fatores desconhecidos ou imprevisíveis podem fazer com que os resultados reais sejam materialmente diferentes daqueles nas declarações prospectivas. Quaisquer declarações prospectivas são válidas apenas na data deste anúncio e são baseadas pelo conhecimento, informações e opiniões disponíveis na data desta comunicação. A Ofertante ou a Companhia não são obrigadas a atualizar ou revisar quaisquer declarações prospectivas, independentemente de novas informações, eventos futuros ou outros acontecimentos.

São Paulo, 10 de março de 2023.

## SÃO PAULO LIDERA

# Brasil abriu em 83,2 mil vagas com CLT em janeiro



No primeiro mês do ano, em 16 das 27 Unidades da Federação foram registrados resultados positivos no Caged.

O Brasil criou 83.297 vagas com carteira assinada em janeiro, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados na quinta-feira, 9, pelo Ministério do Trabalho. O resultado decorreu de 1.874.226 de admissões e de 1.790.929 de demissões. No mesmo mês de 2022 foram criadas 167.269 vagas, na série com ajustes.

O resultado de janeiro de 2023 ficou maior do que a mediana positiva de 70 mil de postos de trabalho, conforme as estimativas dos economistas do mercado financeiro, cujo intervalo ia de abertura líquida de 21,583 mil a 132 mil vagas.

A abertura líquida de 83.297 vagas de trabalho com carteira assinada em janeiro foi puxada pelo desempenho do setor de serviços no mês, com a criação de 40.686 postos formais. O setor foi seguido pela construção, que abriu 38.965 vagas.

Na indústria geral, houve abertura de 34.023 vagas em janeiro, enquanto houve um saldo positivo de 23.147 postos de trabalho no agronegócio. O comércio registrou o fechamento de 53.524 vagas no mês.

No primeiro mês do ano, em 16 das 27 Unidades da Federação foram registrados resultados positivos no Caged. O melhor desempenho foi novamente registrado em São Paulo, com a abertura de 18.663 postos de trabalho.

Já o pior resultado foi registrado no Ceará, com o fechamento de 3.033 postos de trabalho.

O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada chegou a R\$ 2.012,78 em janeiro. Comparado ao mês anterior, houve aumento real de R\$ 88,80, alta de 4,62%.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou na quinta-feira que três fatores explicam uma gera-

ção menor de empregos em janeiro de 2023. Segundo ele, os juros altos praticados pelo Banco Central (BC) penalizam a economia e a geração de empregos.

Além disso, Marinho destacou que o nível de endividamento das famílias e o comprometimento de renda em alta, somado ao aumento de despesas fixas em janeiro, levam as empresas a reduzir as contratações diante da expectativa de queda do consumo.

Marinho também destacou que a crise das Lojas Americanas afeta as expectativas dos empresários, que deixam de contratar.

"Janeiro é tradicionalmente um mês forte. Em janeiro de 2023, temos uma política monetária ainda restritiva. O BC tem uma tarefa importante de monitorar o processo econômico para a retomada da economia. Os juros altos sacrificam demasiadamente a população de baixa renda do País", disse.

## RISCO SANITÁRIO

## Serpente píton encontrada no Parque Nacional da Tijuca é retirada do local

O animal é exótico, ou seja, não é nativo do Brasil, e havia sido solto na unidade de conservação, na última sexta-feira (3), por engano, por bombeiros. Eles acharam que se tratava da nativa jiboia (Boa constrictor).

Uma serpente de espécie píton ball (Python regius) foi encontrada e retirada do Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, na noite de quarta-feira (8). O animal é exótico, ou seja, não é nativo do Brasil, e havia sido solto na unidade de conservação, na última sexta-feira (3), por engano, por bombeiros. Eles acharam que se tratava da nativa jiboia (Boa constrictor).

A píton foi atacada por um cachorro na Floresta da Tijuca e levada por ele até uma casa. Ao ver que o cão estava junto com a serpente, o dono da residência chamou o Corpo de Bombeiros.

O veterinário Jeferson Rocha Pires, do Centro de Recuperação de Animais Selvagens da Universidade Estácio de Sá, confirmou, através dos padrões de cores e desenhos das escamas da serpente, que se tratava de uma píton que havia sido solta na semana passada.

A serpente não resistiu aos ferimentos causados pelo cachorro e acabou morrendo. Para o biólogo Jorge Antonio Lourenço Pontes, pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), especializado em herpetofauna (répteis e anfíbios), a serpente não poderia ter sido solta na mata sem antes passar pela avaliação de um especialista.

O procedimento padrão é encaminhar o animal a um Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), que, no Rio, fica no município de Seropédica. O especialista poderia ter feito a identificação correta da



A serpente Píton não resistiu aos ferimentos causados pelo cachorro que a atacou e capturou no Parque Nacional da Tijuca e acabou morrendo.

espécie. E, caso fosse um animal nativo, um veterinário poderia ter avaliado as condições de saúde antes da soltura.

"O bicho pode estar aparentemente sadio e carregando uma parasitose ou virose gravíssima e de alto contágio", observou.

Além do risco sanitário, há ainda o risco de a espécie exótica tornar-se invasora, reproduzindo-se no local. Caso a píton

encontrasse outra serpente da mesma espécie na floresta, poderia gerar filhotes e colonizar o local.

Algumas fêmeas de espécies de serpente são capazes de fazer partenogênese, ou seja, são capazes de se clonar, reproduzindo sem a necessidade de um parceiro. "Nós, pesquisadores, achávamos que esses animais não são capazes de fazer partenogênese. Hoje, desco-

brimos que até nossas sucuris geram filhote por partenogênese. Várias espécies de píton já demonstraram essa capacidade", afirmou Pontes.

Segundo ele, a criação de animais exóticos e a sua soltura na natureza apresentam, portanto, um problema para a biodiversidade local. Na Flórida, nos Estados Unidos, pítons que escaparam do cativeiro se tornaram um problema enorme

para a vida selvagem, ameaçando a fauna nativa.

No Brasil, as tartarugas tigre d'água americanas (Trachemys scripta) também se tornaram espécie invasora devido à soltura desses animais em corrações de água do país. A espécie, agora proibida por aqui, passou a ameaçar espécies locais, como a tigre d'água brasileira (Trachemys dorbigni), de comportamento menos agressivo

que a americana, inclusive hibridando com ela.

"Fauna e flora se mantêm equilibradas porque elas têm uma relação de adaptação. Elas já têm seus predadores, seus alimentos, tudo previsto dentro desse sistema ecológico. Quando você introduz uma espécie exótica você está introduzindo um elemento diferente naquele equilíbrio, o que pode causar alguns transtornos", explicou a chefe do Parque da Tijuca, Viviane Lasmari.

Segundo a assessoria de imprensa do Parque Nacional da Tijuca, a serpente e o cachorro que a atacou são considerados espécies exóticas, no parque.

Segundo Viviane, os animais domésticos (gatos e cachorros) que vivem nas casas do entorno do parque significam um problema sério, porque muitos deles andam soltos pela floresta.

"Os animais domésticos, gatos e cachorros, também têm potencial grande de causar desequilíbrio. Eles são animais que têm por hábito a caça e podem interferir no equilíbrio ecológico dessa floresta e podem levar doenças para os animais locais", salientou.

De acordo com a chefe do parque, nesse caso específico, o animal caçado foi uma serpente invasora, mas são muitos os casos de predação da fauna silvestre por gatos e cachorros.

Além de tentar conscientizar os moradores do local para que não deixem seus animais soltos, Viviane ressaltou que não é permitido para os visitantes entrar no parque com seus bichos domésticos.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS**  
**ABDO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, RJ, à Av. Rio Branco, nº 20, 3º Andar, Centro, CEP 20.090-000, inscrita no CNPJ sob o nº 08.931.587/0001-64, na forma dos §§ 1º e 3º do art. 1.152 do Código Civil – Lei 10.406 de 10.01.02 e o seu CONTRATO SOCIAL consolidado, neste ato representada por seu administrador Wagdy Nassib Radwan, convoca todos os seus sócios quotistas para a **REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS**, que será realizada no dia **16.03.23**, às 10:30 horas, em primeira chamada com a presença de todos os sócios, e as 11:00 horas em segunda e última chamada com a presença de qualquer número de sócios, no seguinte endereço: **Av. Ayrton Senna, nº 2.541, Barra da Tijuca, CEP 22.775-002, nesta cidade do Rio de Janeiro**, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da **Ordem do Dia**: 1. Deliberar sobre a venda da totalidade das quotas do capital social da sociedade para a RIVA INCORPORADORA S/A ou para qualquer outro comprador, contemplando assim a venda dos ativos totais da sociedade, constituídos pelos Lotes 1 e 2 do PAL 48389, situados na Estrada dos Bandeirantes, melhor descritos e caracterizados nas matrículas nºs 405.951 e 405.952 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, tudo em cumprimento dos itens (ii) e (iii) e demais termos do acordo de transação firmado entre os sócios, às fls. 173/175 do processo nº. 0126926-23.2020. 8.19.0001, na 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro; 2. Deliberação sobre as medidas legais a serem tomadas nos autos do processo nº. 0126926-23.2020. 8.19.0001, na 1ª. Vara Empresarial do Rio de Janeiro, face as insistentes recusas do sócio Sergio Giovanni Lindo em assinar a venda dos ativos da sociedade, contrariando assim o acordo de transação firmado entre os sócios, no âmbito do citado processo; 3. Deliberação sobre a responsabilização do sócio Sergio Giovanni Lindo pelos possíveis prejuízos advindos da perda do potencial construtivo nos imóveis da sociedade em função da alteração da legislação municipal, e face as suas insistentes recusas em assinar a venda dos ativos da sociedade, contrariando assim o acordo de transação firmado entre os sócios, no âmbito do já citado processo. 4. Deliberação sobre a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias da suspensão do prazo previsto para alienação particular dos ativos da sociedade ou suas quotas, nos termos do acordo de transação firmado entre os sócios, às fls. 173/175 do processo nº. 0126926-23.2020. 8.19.0001, na 1ª. Vara Empresarial do Rio de Janeiro, face às insistentes recusas do sócio Sergio Giovanni Lindo em assinar a venda dos ativos da sociedade para a RIVA, mesmo considerando que a sociedade uma vez vendidos os imóveis para a MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A, em 23.11.21, anuiu com a rescisão do mesmo em 09.09.22, por conta de dentre várias motivações, a recusa do sócio Sergio Giovanni Lindo em cumprir o acordado no contrato de desistir da ação de dissolução da sociedade. 5. Deliberação sobre a se a proposta de compra totalidade das quotas do capital social da sociedade para a RIVA INCORPORADORA S/A ou para qualquer outro comprador, contemplando assim a venda dos ativos totais da sociedade, constituídos pelos Lotes 1 e 2 do PAL 48389, situados na Estrada dos Bandeirantes, melhor descritos e caracterizados nas matrículas nºs 405.951 e 405.952 do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, se encontra dentro dos padrões do mercado imobiliário atual, e se o preço ofertado de R\$35.571.368,00, é superior ao valor acordado pelos sócios na transação firmada entre os sócios no processo de dissolução da sociedade. Rio de Janeiro, 07 de março de 2023. Wagdy Nassib Radwan - Administrador e Sócio Quotista.

**ALM SEGURADORA S.A. – MICROSSEGURADORA**  
 CNPJ/ME nº 23.694.731/0001-80 - NIRE nº 33.3.0031845-3  
**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**  
 Ficam os acionistas desta Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada no dia 30.03.2023, com início às 10:00 hrs, na sede social da Entidade, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Figueiredo de Magalhães, nº 741, Copacabana, CEP 22.031-011, em primeira chamada, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (I) Apreciar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes Contábil e Atuarial, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (II) Deliberar sobre o resultado referente ao exercício social encerrado em 31.12.2022, determinando sua destinação; (III) Fixar o limite anual da remuneração global dos administradores da Companhia, até a próxima AGO; (IV) Reeleger os membros da Diretoria da Companhia; Em matéria Extraordinária: (V) Ratificar a composição dos membros da Diretoria e as funções de Diretores responsáveis por área perante a SUSEP; (VI) Ratificar a mudança da sede social da Companhia realizada na AGE de 18.01.2023; (VII) Ratificar os aumentos de capital ocorridos em 2022 e ainda pendentes de homologação pela SUSEP; (VIII) Outras deliberações de interesse da Companhia. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, cópias dos documentos referentes às matérias a serem deliberadas na AGO/E ora convocada. Rio de Janeiro, 09 de março 2023. Alexandre Vianna Dominguez - Diretor.

**CEDAE** GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**  
 CNPJ nº 33.352.394/0001-04  
 NIRE nº 33.3.0008797-4

**FATO RELEVANTE**

**A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** ("Companhia"), atendendo às disposições da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021 e suas alterações, vem a público informar aos seus acionistas e ao mercado em geral, que o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 08 de março de 2023, elegeu o Sr. Aguiinaldo Balon para exercer o cargo de Diretor Presidente da Companhia em substituição ao Sr. Leonardo Elia Soares.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2023.  
**Antônio Carlos dos Santos**  
 Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Restaurante Novo Stambul Ltda**  
 CNPJ 27.857.622/0001-97  
**CONVOCAÇÃO.** Ficam os sócios da sociedade empresária limitada **Restaurante Novo Stambul Ltda**, CNPJ 27.857.622/0001-97, convocados para reunião quotistas a ser realizada no dia 21 de março de 2023, às 10 horas com a totalidade dos sócios em primeira convocação ou as 10:30 horas com qualquer número de sócios em segunda convocação, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) reativação da sociedade; 2) Nomeação de administradores; 3) Adequação da cláusula de falecimento; 4) Consolidação do Contrato Social - Sócia administradora: Martha Sandra Nevins Tayar.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
 Na forma das disposições legais disciplinadas nos artigos 612 e 859 da CLT c/c o disposto no artigo 26 e seguinte de seu Estatuto Sindical, o **Sindicato dos Cabineiros de Elevador do Município do Rio de Janeiro**, na qualidade de representante, da correspondente categoria profissional diferenciada de Cabineiros de Elevador, em exercício no Município do Rio de Janeiro, convoca todos os integrantes da categoria, associados ou não, para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no próximo dia 13 de março 2023, na sede social, à Rua Pedro I, nº 07, gr 1006, Praça Tiradentes, Centro/RJ, em primeira convocação às 15:30 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos interessados e, em não havendo número legal, no mesmo dia e local, às 16:30 hs, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Leitura, discussão e votação da proposta do aumento salarial, objetivando novas condições de trabalho e remuneração dos cabineiros de elevador; b) Autorização a Diretoria do Sindicato para celebrar Acordos e Convenção Coletiva ou, na impossibilidade, ajuzar Dissídio Coletivo Correspondente; c) Autorização a Diretoria do Sindicato a obtenção de um desconto assistencial, com fulcro na letra "e" do artigo 513 da CLT, para custear as atividades assistenciais, melhoria e crescimento sindical, bem como das despesas inerentes a presente campanha salarial; d) Assuntos Gerais pertinentes. Rio de Janeiro, 09 de março de 2023. SANDRO DAS NEVES - Presidente.

**Diário Comercial**  
 PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

## GYMNASIADE

## Rio sediará a maior competição escolar do mundo em agosto

O Rio de Janeiro vai sediar a Gymnasiade, a maior competição escolar do mundo. O tema foi tratado durante reunião do governador Cláudio Castro com representantes da Internacional School Sport Federation (ISF), da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE) e da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, no Palácio Guanabara, nesta quinta-feira (9). Como parceiro do evento, o Governo do Estado fará um aporte de R\$ 5 milhões para o evento, por meio da Lei Pelé.

A novidade quebra um jejum de 10 anos sem a capital fluminense receber o evento. A Gymnasiade será realizada entre os dias 18 e 27 de agosto e vai resgatar uma importante memória esportiva no Rio: as provas serão realizadas nos equipamentos onde aconteceram os Jogos Olímpicos de 2016.

"Temos grande satisfação em receber um evento que envolve vários países. É mais uma demonstração de que o Estado do Rio consolidou o credibilidade para sediar grandes eventos esportivos. No último ano, recebemos os Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), que já foram um sucesso, além do Rio Open, no último mês. Temos uma vocação natural para o esporte e uma pluralidade de espaços para prática de diferentes modalidades. Estamos fortalecendo uma importante cadeia no estado, que, além de alavancar o segmento, movimenta o turismo e a nossa economia. Além disso, seguimos vocacionando nossas escolas para termos a atenção do aluno

que precisamos. O esporte é um desses caminhos", ressaltou o governador Cláudio Castro.

Ao todo, serão 22 modalidades disputadas, sendo três do paradesporto. Entre elas estão o Atletismo, Atletismo Adaptado, Badminton, Basquete 3x3, Boxe, Dança, Ginástica Artística, Ginástica Rítmica, Judô, Judô Paralímpico, Esgrima, Karatê, Natação, Paranação, Taekwondo, Wrestling, Skate, Xadrez, Tiro com Arco e Orientação. E mesmo a pouco mais de 160 dias da próxima edição, a Gymnasiade no Rio já entrou para a história como a maior de todas pelo número de modalidades, que nesta edição ainda vai contar com a estreia do Skate e Surfe na disputa.

A expectativa é que o Rio receba 4 mil participantes, sendo 2.100 estudantes-atletas, com idade entre 13 e 15 anos de escolas públicas ou particulares. O evento terá entrada gratuita.

"É um privilégio para o Rio de Janeiro sediar mais uma vez um evento esportivo global. O governador, desde o início, nos determinou a trabalhar junto à CBDE e à ISF para garantir as melhores competições escolares do mundo. Principalmente para os atletas-estudantes, que terão a oportunidade de receber a Gymnasiade no legado olímpico do Rio. As 22 modalidades serão disputadas nas arenas olímpicas e queremos fazer dessa oportunidade uma chance de inclusão e troca cultural entre os estudantes do mundo todo que estarão aqui", analisou o secretário de Esporte e Lazer, Rafael Piccini.

## MOBIZAPSP

## Prefeitura lança aplicativo de transporte individual de passageiros

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito (SMT), lançou na manhã desta quinta-feira uma nova plataforma de transporte individual de passageiros para a cidade, administrada pela gestão pública. O MobizapSP é um aplicativo (app) de mobilidade urbana que visa melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade urbana dos munícipes, com foco em facilidade, eficiência, segurança e preço justo, além de entregar

uma maior remuneração aos motoristas parceiros.

O desenvolvimento do projeto foi realizado por meio de licitação pública e o Consócio 3C ganhou o contrato, por regime de menor percentual sobre o valor das corridas. A taxa de administração é de 10,95% (fixa), sendo uma alteração às plataformas que já atuam na cidade.

O MobizapSP é voltado apenas para as viagens que tenham como partida vias na cidade de São Paulo. O des-

tino varia de acordo com cada cliente, que pode ser em outras cidades. As corridas podem ser pagas por meio de dinheiro, cartões de crédito, débito e crédito no aplicativo.

O aplicativo será disponibilizado inicialmente aos motoristas, para que sejam cadastrados devidamente na plataforma. Após esse processo, o próximo passo é liberar o acesso para a população. Ele pode ser encontrado para os sistemas operacionais Android e iOS.

## SUSTENTABILIDADE

## Capital de São Paulo vai receber Congresso Mundial do ICLEI em 2024

O Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, anunciou que a cidade de São Paulo irá sediar, em 2024, o Congresso Mundial do ICLEI. A rede ICLEI (Governos Locais pela Sustentabilidade) - organização internacional de alto nível que conta com mais de 2.500 governos locais e regionais comprometidos com o desenvolvimento urbano sustentável.

O congresso tem o objetivo de promover novas visões e estratégias relativas ao avanço e à realização de ações locais para a sustentabilidade global. Desde sua fundação na cidade de Nova Iorque, EUA, em 1990, o Congresso Mundial do ICLEI é

uma oportunidade para a rede e seus parceiros se unirem e delinearem o futuro da sustentabilidade em áreas urbanas em todo o mundo.

A última edição do Congresso Mundial do ICLEI ocorreu entre os dias 11 e 13 de maio de 2022 e foi sediado pela cidade de Malmö, Suécia. A programação foi dividida em diálogos de alto-nível, workshops temáticos e visitas técnicas a algumas das iniciativas de sustentabilidade da cidade anfitriã.

São Paulo foi convidada a participar como palestrante da sessão "Localização dos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável em Cidades", ocasião na qual representante do município pôde compartilhar sobre a trajetória de referência da cidade sobre a temática, incluindo a Agenda Municipal 2030, a Comissão ODS e a Virada ODS.

Compareceram ao evento: Rodrigo Ravena, Chefe de Gabinete da Secretaria do Verde e Meio Ambiente; Tamires de Oliveira, Coordenadora da Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal e Talita Vieira Antonio (participação com patrocínio de hospedagem), Assessora de Assuntos Internacionais da Secretaria de Relações Internacionais.

## MOTTU II S.A.

CNPJ nº 49.365.999/0001-61 - NIRE 3530060810

## ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2023

(sendo cada uma das datas de pagamento de remuneração das Notas Comerciais descritas no Anexo I "Data de Pagamento da Remuneração"); (xvi) **Amortização do Valor Nominal Unitário:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Aceleração de Pagamentos, Oferta de Resgate Antecipado Total, Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, nos termos do Termo de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais será amortizado conforme cronograma descrito no Anexo I do Termo de Emissão ("Amortização", sendo cada data de amortização das Notas Comerciais descritas no Anexo I, uma "Data de Amortização"); (xvii) **Aceleração de Pagamentos:** sujeito à aprovação dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), os cronogramas de pagamento de Remuneração e de Amortização das Notas Comerciais poderão ser acelerado caso seja decretada a aceleração dos pagamentos das Notas Comerciais, de acordo com as regras previstas no Termo de Emissão ("Aceleração de Pagamentos"); (xviii) **Amortização Extraordinária Facultativa das Notas Comerciais:** a Emitente poderá, nos termos e prazos descritos no Termo de Emissão, realizar a amortização extraordinária parcial das Notas Comerciais, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais ("Limite da Amortização Extraordinária das Notas Comerciais" e "Amortização Extraordinária Facultativa das Notas Comerciais", respectivamente), sendo que o valor da Amortização Extraordinária Facultativa das Notas Comerciais devido pela Emitente será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais objeto da amortização extraordinária facultativa, conforme o caso, acrescido: (a) da Remuneração das Notas Comerciais, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Notas Comerciais ou da Data de Pagamento de Remuneração das Notas Comerciais imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Notas Comerciais (inclusive); e (b) de eventuais Encargos Moratórios que sejam devidos e ainda não pagos pela Emitente; multiplicado pelo (ii) de Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido no Termo de Emissão) calculado sobre o prazo médio remanescente do saldo devedor das Notas Comerciais; multiplicado pela (iii) quantidade de notas comerciais amortizadas extraordinariamente de forma facultativa, calculado conforme percentuais e fórmula descritos no Termo de Emissão; (xviii) **Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais:** a Emitente poderá, nos termos e prazos descritos no Termo de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais"), sendo que o valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais devido pela Emitente será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais objeto de resgate antecipado facultativo, conforme o caso, acrescido: (a) da Remuneração das Notas Comerciais, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Notas Comerciais ou da Data de Pagamento de Remuneração das Notas Comerciais imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido no Termo de Emissão) calculado sobre o prazo médio remanescente do saldo devedor das Notas Comerciais; multiplicado pela (ii) quantidade de notas comerciais resgatadas antecipadamente de forma facultativa, calculado conforme percentuais e fórmula descritos no Termo de Emissão; (ix) **Amortização Extraordinária Obrigatória das Notas Comerciais:** caso seja decretada a Aceleração dos Pagamentos, nas condições descritas no Termo de Emissão, os recursos disponíveis para a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória das Notas Comerciais sejam superiores ao Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória das Notas Comerciais, porém, insuficientes para resgate antecipado das Notas Comerciais, será realizada a Amortização Extraordinária Obrigatória até o referido limite, devendo os recursos excedentes permanecer retidos na Conta Vinculada da Emitente para compor uma reserva de liquidação das Notas Comerciais, calculada conforme a ocorrência das hipóteses e termos a serem previstos no Termo de Emissão ("Evento de Vencimento Antecipado"), que poderá ocorrer em qualquer momento, a partir da data de integralização das Notas Comerciais e Data de Amortização de Notas Comerciais imediatamente posterior a partir da data em que houver recursos retidos disponíveis suficientes ("Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais"); (xix) **Encargos Moratórios:** sem prejuízo da Remuneração das Notas Comerciais, ocorrendo impropriedade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Notas Comerciais, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplência até o data do efetivo pagamento, bem como de multa contratual, acrescida de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"); (xxii) **Reputação Programada:** as Notas Comerciais não serão objeto de reputação programada; (xxiii) **Direito de Preferência:** a única sócia da Emitente não terá direito de preferência na subscrição das Notas Comerciais; (xxiv) **Garantia:** as Notas Comerciais contarão com garantia real da Alienação Fiduciária de Ações e da Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Locação, bem como fiança a ser prestada pela Companhia, nos termos do Termo de Emissão; (xxv) **Vencimento antecipado:** as Notas Comerciais e todas as obrigações assumidas pela Sociedade serão consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência das hipóteses e termos a serem previstos no Termo de Emissão ("Evento de Vencimento Antecipado"), que poderá ocorrer em qualquer momento, a partir da data de integralização das Notas Comerciais e Data de Amortização de Notas Comerciais imediatamente posterior a partir da data em que houver recursos retidos disponíveis suficientes ("Resgate Antecipado Total"); a Emitente poderá oferecer, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, oferta facultativa de resgate antecipado total das Notas Comerciais (sendo vedada, em qualquer caso, a oferta facultativa de resgate parcial), com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais efetivamente resgatadas, nos termos dispostos no Termo de Emissão; (xxvii) **Local de pagamento:** os pagamentos referentes às Notas Comerciais e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emitente e/ou pela Fidora, nos termos do Termo de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, serão realizados (i) pela Emitente, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração e aos Encargos Moratórios, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso; ou (ii) pela Fidora, em qualquer caso, por meio do Escriturador ou na sede da Fidora, conforme o caso; (xxviii) **Obrigações Garantidas:** para os fins da Emissão, considera-se "Obrigações Garantidas" todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emitente e a Fidora relativas às Notas Comerciais, e as assumidas pela Securitizadora relativas às Debêntures, e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, incluindo, mas não se limitando: (a) a totalidade da dívida representada pelas Notas Comerciais e pelas Debêntures, considerando-se os valores devidos a título de pagamento do Valor Nominal Unitário, à Remuneração das Notas Comerciais e das Debêntures; (b) todos os Encargos Moratórios das Notas Comerciais e das Debêntures; (c) eventuais despesas incorridas pela Securitizadora, qualidade de titular das Notas Comerciais no exercício de seus direitos relacionados à Emissão; e (d) todos os tributos, despesas e custos devidos pela Emitente e pela Fidora com relação às Notas Comerciais, e pela Securitizadora com relação às Debêntures, incluindo, mas não se limitando a, custas e taxas judiciais e extrajudiciais, tributos envolvendo os Veículos devidos pela Emitente ou pela Fidora, e o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais, das Debêntures e da execução de garantias prestadas no âmbito da Operação de Securitização e quaisquer outros acordos decorrentes à Securitizadora, incluindo, mas não se limitando a honorários advocatícios incorridos na execução de tais garantias; e (xxix) **Demais Características:** as demais características das Notas Comerciais e da Operação de Securitização encontram-se às descritas no Termo de Emissão e serão negociadas pela administração da Sociedade. (B) a autorização aos diretores da Companhia para tomarem todas as medidas para efetivar as matérias acima, incluindo negociar, em nome da Companhia, todos os termos, condições, garantias, ofertas de opções de compra e de venda, celebrar os documentos e seus eventuais aditamentos, inclusive, mas não se limitando, aos aditamentos decorrentes do Procedimento de Bookbuilding e praticar todos os atos necessários ou convenientes às matérias acima e à implementação da Operação de Securitização, bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela diretoria da Companhia para a formalização de referidas deliberações. (C) **Encerramento:** nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata, que, após lida e achada conforme, foi assinada por mim, Secretária, e pelo Presidente da mesa. São Paulo/SP, 23 de fevereiro de 2023. Certifico que a presente é cópia autêntica do original lavrado em livro próprio. **Messa: Rubens Octavio Pereira Zanellato** - Presidente, **Camilla Cecília Lima** - Secretária, **Conselheiro presente:** Sr. Rubens Octavio Pereira Zanellato e Maurício Alves de Oliveira. JUCESP nº 96.672/23-7 em 03/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

## Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

## MOTTU II S.A. - CNPJ nº 49.365.999/0001-61 - NIRE 3530060810

## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2023

(sendo cada uma das datas de pagamento de remuneração das Notas Comerciais descritas no Anexo I "Data de Pagamento da Remuneração"); (xvi) **Amortização do Valor Nominal Unitário:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Aceleração de Pagamentos, Oferta de Resgate Antecipado Total, Resgate Antecipado Facultativo Total, Amortização Extraordinária Facultativa e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, nos termos previstos no Termo de Emissão, a Remuneração das Notas Comerciais será paga conforme cronograma descrito no Anexo I do Termo de Emissão (sendo cada uma das datas de pagamento de remuneração das Notas Comerciais descritas no Anexo I, uma "Data de Amortização do Valor Nominal Unitário"); (xvii) **Amortização do Valor Nominal Unitário:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Aceleração de Pagamentos, Oferta de Resgate Antecipado Total, Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, nos termos do Termo de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais será amortizado conforme cronograma descrito no Anexo I do Termo de Emissão ("Amortização", sendo cada data de amortização das Notas Comerciais, uma "Data de Amortização"); (xviii) **Aceleração de Pagamentos:** sujeito à aprovação dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), os cronogramas de pagamento de Remuneração e de Amortização das Notas Comerciais poderão ser acelerado caso seja decretada a aceleração dos pagamentos das Notas Comerciais, de acordo com as regras previstas no Termo de Emissão ("Aceleração de Pagamentos"); (xviii) **Amortização Extraordinária Facultativa das Notas Comerciais:** a Emitente poderá, nos termos e prazos descritos no Termo de Emissão, realizar a amortização extraordinária parcial das Notas Comerciais, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais ("Limite da Amortização Extraordinária das Notas Comerciais" e "Amortização Extraordinária Facultativa das Notas Comerciais", respectivamente), sendo que o valor da Amortização Extraordinária Facultativa das Notas Comerciais devido pela Emitente será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais objeto da amortização extraordinária facultativa, conforme o caso, acrescido: (a) da Remuneração das Notas Comerciais, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Notas Comerciais ou da Data de Pagamento de Remuneração das Notas Comerciais imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Notas Comerciais (inclusive); e (b) de eventuais Encargos Moratórios que sejam devidos e ainda não pagos pela Emitente; multiplicado pelo (ii) de Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido no Termo de Emissão) calculado sobre o prazo médio remanescente do saldo devedor das Notas Comerciais; multiplicado pela (iii) quantidade de notas comerciais amortizadas extraordinariamente de forma facultativa, calculado conforme percentuais e fórmula descritos no Termo de Emissão; (xviii) **Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais:** a Emitente poderá, nos termos e prazos descritos no Termo de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais"), sendo que o valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais devido pela Emitente será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais objeto de resgate antecipado facultativo, conforme o caso, acrescido: (a) da Remuneração das Notas Comerciais, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização das Notas Comerciais ou da Data de Pagamento de Remuneração das Notas Comerciais imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa das Notas Comerciais (inclusive); e (b) de eventuais Encargos Moratórios que sejam devidos e ainda não pagos pela Emitente; multiplicado pelo (ii) de Prêmio de Regate Antecipado Facultativo Total (conforme definido no Termo de Emissão) calculado sobre o prazo médio remanescente do saldo devedor das Notas Comerciais; multiplicado pela (iii) quantidade de notas comerciais resgatadas antecipadamente de forma facultativa, calculado conforme percentuais e fórmula descritos no Termo de Emissão; (ix) **Amortização Extraordinária Obrigatória das Notas Comerciais:** caso seja decretada a Aceleração dos Pagamentos, nas condições descritas no Termo de Emissão, os recursos disponíveis para a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória das Notas Comerciais sejam superiores ao Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória das Notas Comerciais, porém, insuficientes para resgate antecipado das Notas Comerciais, será realizada a Amortização Extraordinária Obrigatória até o referido limite, devendo os recursos excedentes permanecer retidos na Conta Vinculada da Emitente para compor uma reserva de liquidação das Notas Comerciais, calculada conforme a ocorrência das hipóteses e termos a serem previstos no Termo de Emissão ("Evento de Vencimento Antecipado"), que poderá ocorrer em qualquer momento, a partir da data de integralização das Notas Comerciais e Data de Amortização de Notas Comerciais imediatamente posterior a partir da data em que houver recursos retidos disponíveis suficientes ("Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais"); (xx) **Encargos Moratórios:** sem prejuízo da Remuneração das Notas Comerciais, ocorrendo impropriedade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Notas Comerciais, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplência até o data do efetivo pagamento, bem como de multa contratual, acrescida de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"); (xxii) **Reputação Programada:** as Notas Comerciais não serão objeto de reputação programada; (xxiii) **Direito de Preferência:** a única sócia da Emitente não terá direito de preferência na subscrição das Notas Comerciais; (xxiv) **Garantia:** as Notas Comerciais contarão com garantia real da Alienação Fiduciária de Ações e da Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Locação, bem como fiança a ser prestada pela Companhia, nos termos do Termo de Emissão; (xxv) **Vencimento antecipado:** as Notas Comerciais e todas as obrigações assumidas pela Sociedade serão consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência das hipóteses e termos a serem previstos no Termo de Emissão ("Evento de Vencimento Antecipado"), que poderá ocorrer em qualquer momento, a partir da data de integralização das Notas Comerciais e Data de Amortização de Notas Comerciais imediatamente posterior a partir da data em que houver recursos retidos disponíveis suficientes ("Resgate Antecipado Total"); a Emitente poderá oferecer, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, oferta facultativa de resgate antecipado total das Notas Comerciais (sendo vedada, em qualquer caso, a oferta facultativa de resgate parcial), com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais efetivamente resgatadas, nos termos dispostos no Termo de Emissão; (xxvii) **Local de pagamento:** os pagamentos referentes às Notas Comerciais e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emitente e/ou pela Fidora, nos termos do Termo de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, serão realizados (i) pela Emitente, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração e aos Encargos Moratórios, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso; ou (ii) pela Fidora, em qualquer caso, por meio do Escriturador ou na sede da Fidora, conforme o caso; (xxviii) **Obrigações Garantidas:** para os fins da Emissão, considera-se "Obrigações Garantidas" todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emitente e a Fidora relativas às Notas Comerciais, e as assumidas pela Securitizadora relativas às Debêntures, e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, incluindo, mas não se limitando: (a) a totalidade da dívida representada pelas Notas Comerciais e pelas Debêntures, considerando-se os valores devidos a título de pagamento do Valor Nominal Unitário, à Remuneração das Notas Comerciais e das Debêntures; (b) todos os Encargos Moratórios das Notas Comerciais e das Debêntures; (c) eventuais despesas incorridas pela Securitizadora, qualidade de titular das Notas Comerciais no exercício de seus direitos relacionados à Emissão; e (d) todos os tributos, despesas e custos devidos pela Emitente e pela Fidora com relação às Notas Comerciais, e pela Securitizadora com relação às Debêntures, incluindo, mas não se limitando a, custas e taxas judiciais e extrajudiciais, tributos envolvendo os Veículos devidos pela Emitente ou pela Fidora, e o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais, das Debêntures e da execução de garantias prestadas no âmbito da Operação de Securitização e quaisquer outros acordos decorrentes à Securitizadora, incluindo, mas não se limitando a honorários advocatícios incorridos na execução de tais garantias; e (xxix) **Demais Características:** as demais características das Notas Comerciais e da Operação de Securitização encontram-se às descritas no Termo de Emissão e serão negociadas pela administração da Sociedade. (B) a autorização aos diretores da Companhia para tomarem todas as medidas para efetivar as matérias acima, incluindo negociar, em nome da Companhia, todos os termos, condições, garantias, ofertas de opções de compra e de venda, celebrar os documentos e seus eventuais aditamentos, inclusive, mas não se limitando, aos aditamentos decorrentes do Procedimento de Bookbuilding e praticar todos os atos necessários ou convenientes às matérias acima e à implementação da Operação de Securitização, bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela diretoria da Companhia para a formalização de referidas deliberações. (C) **Encerramento:** nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata, que, após lida e achada conforme, foi assinada por mim, Secretária, e pelo Presidente da mesa. São Paulo/SP, 23 de fevereiro de 2023. Certifico que a presente é cópia autêntica do original lavrado em livro próprio. **Messa: Rubens Octavio Pereira Zanellato** - Presidente, **Camilla Cecília Lima** - Secretária, **Conselheiro presente:** Sr. Rubens Octavio Pereira Zanellato e Maurício Alves de Oliveira. JUCESP nº 96.672/23-7 em 03/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.



**Trefilação União de Metais S.A.**

CNPJ nº 41.456.463/0001-57

**Demonstrações Financeiras em 31/12/2022 e 31/12/2021**

**Demonstração de Resultado dos Exercícios 2022/2021**

2022	2021	
<b>Receta Operacional Bruta</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Venda	110.899.146,68	91.568.874,28
Industrialização	4.537.938,48	5.797.260,23
(-) Impostos/Devolução	(28.605.070,43)	(24.878.340,51)
(-) Custo Produto Vendido	(66.894.406,82)	(51.984.988,88)
<b>Lucro Operacional Bruto</b>	<b>19.937.607,91</b>	<b>20.502.805,12</b>
<b>Despesas</b>		
(-) Despesas Comerciais		
Administrativas	(3.071.170,05)	(3.589.318,69)
(-) Despesas Não Operacionais	(8.211.154,72)	(6.478.094,73)
(-) Despesas Financeiras	(1.305.448,66)	(555.824,68)
(-) Depreciação	(1.808.889,41)	(2.170.994,09)
(-) Venda de Ativo		<b>8.583,42</b>
<b>Resultado Antes do IR</b>	<b>5.540.945,07</b>	<b>7.717.138,75</b>
(-) Prov. Imposto de Renda	(657.931,59)	(777.887,58)
(-) Prov. Cont. Social e Lucro Liq.	(349.079,54)	(516.199,74)
(-) Prov. Adic. Imp. de Renda	(367.111,29)	(486.179,71)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>4.267.122,71</b>	<b>5.936.871,72</b>

**Demonstrativo do Fluxo de Caixa 2022/2021**

2022	2021	
<b>Das Atividades Operacionais</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Resultado Líquido do Exercício	4.267.122,71	5.936.871,72
<b>Varições de Ativo e Passivo</b>		
Clientes	362.590,13	(691.604,06)
Estoques de Mercadorias	(4.754.835,94)	(10.987.063,85)
Adiantamentos a Terceiros	(687.707,17)	(38.590,39)
Impostos a Recuperar	1.536.411,49	(1.777.165,66)
Títulos a Longo Prazo	(26.293,45)	(12.382,86)
Fornecedores	(4.454.416,41)	7.647.783,92
Contas a Pagar	(24.143,44)	35.858,65
Distribuição de Dividendos	(910.664,93)	(1.413.410,39)
Impostos a Pagar	139.993,95	(353.601,97)
Apropriação de Férias e Encargos	184.567,48	138.467,25
Empréstimos a Curto Prazo	3.425.378,23	(1.268.480,64)
Impostos s/ Lucro	838.094,93	271.942,86
Empréstimos e Impostos a Longo Prazo	1.165.413,19	1.924.640,02
Compensação de Resultados	(1.287.536,64)	-
Adiantamentos Diversos	(44.526,17)	(9.614,32)
<b>(=) Total</b>	<b>(8.537.752,75)</b>	<b>(6.533.221,74)</b>
<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>(4.270.552,04)</b>	<b>(596.350,02)</b>
<b>Das Atividades de Financiamento</b>		
Aquisição de Imobilizado	1.052.285,95	505.564,76
<b>Caixa Líquido</b>	<b>(3.218.266,09)</b>	<b>(90.785,26)</b>
Disponibilidade no Início do Ano	4.618.404,73	4.708.825,99
<b>Varição Ocorrida no Período</b>	<b>(3.218.266,09)</b>	<b>(90.785,26)</b>
Disponibilidade no Final do Ano	1.399.774,64	4.618.040,73

Auditora Brasileira - Peritos em Contabilidade Eireli - EPP  
CRC 2SP00009/O-7

Pérides Ferreira Porto Junior - Contador - 1SP160017/O-6

**Agroinvest Kayatani S.A. Administração, Empreendimentos e Participações**

CNPJ/MF nº 53.092.193/0001-14

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras, compreendendo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 08 de março de 2023

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Caixa</b>				
Circulante e equivalentes a caixa	3.570.962	3.362.304	3.586.824	3.370.282
Créditos a receber	5.105.039	6.271.706	5.105.039	6.271.706
Estoques de imóveis a venda	-	-	21.168.927	21.144.574
Impostos a recuperar	82.583	18.238	82.731	18.301
Outras contas a receber	8.477	7.598	8.477	7.598
Partes relacionadas	-	23.000	-	-
	<b>8.767.061</b>	<b>9.682.846</b>	<b>29.951.998</b>	<b>30.812.461</b>
<b>Não circulante</b>				
Créditos a receber	72.825.309	80.341.127	72.825.309	80.341.127
Investimentos	14.920.740	14.878.584	-	-
Imobilizado	-	214.089	-	214.089
	<b>87.746.049</b>	<b>95.433.800</b>	<b>72.825.309</b>	<b>80.555.216</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>96.513.110</b>	<b>105.116.646</b>	<b>102.777.307</b>	<b>111.367.677</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Demonstrações do resultado individual e consolidado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Receta líquida de vendas e serviços prestados</b>	-	-	41.815	37.096
(-) Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	-	-	(366)	(367)
<b>(=) Lucro bruto</b>	-	-	<b>41.449</b>	<b>36.729</b>
<b>(+/-) Recultas/despesas</b>				
Gerais e administrativas	(2.578.119)	(1.816.210)	(2.588.952)	(1.829.874)
Resultado com equivalência patrimonial	42.156	(3.510)	-	-
Outras despesas líquidas	(291.119)	(6.006.911)	(260.061)	(6.006.911)
(-) Resultado antes do resultado financeiro	<b>(2.827.082)</b>	<b>(7.826.631)</b>	<b>(2.807.564)</b>	<b>(7.000.056)</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Recultas financeiras	333.497	346.205	333.903	346.578
Despesas financeiras	(85.023)	(34.229)	(87.613)	(59.319)
<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>	<b>248.474</b>	<b>311.976</b>	<b>246.290</b>	<b>287.259</b>
<b>(-) Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>				
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(2.578.608)	(7.514.655)	(2.561.274)	(7.512.797)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	890.784	2.653.362	890.784	2.653.362
<b>(=) Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.687.824)</b>	<b>(4.861.293)</b>	<b>(1.673.911)</b>	<b>(4.862.451)</b>
<b>Resultado atribuível aos:</b>				
Acionistas controladores	(1.687.824)	(4.861.293)	(1.687.824)	(4.861.293)
Acionistas não controladores	-	-	13.913	(1.158)
<b>(=) Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.687.824)</b>	<b>(4.861.293)</b>	<b>(1.673.911)</b>	<b>(4.862.451)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>(=) Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.687.824)</b>	<b>(4.861.293)</b>	<b>(1.673.911)</b>	<b>(4.862.451)</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(1.687.824)</b>	<b>(4.861.293)</b>	<b>(1.673.911)</b>	<b>(4.862.451)</b>
<b>Total do resultado abrangente atribuível a:</b>				
Acionistas controladores	(1.687.824)	(4.861.293)	(1.687.824)	(4.861.293)
Acionistas não controladores	-	-	13.913	(1.158)
<b>(=) Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.687.824)</b>	<b>(4.861.293)</b>	<b>(1.673.911)</b>	<b>(4.862.451)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas (Em Reais)**

Saldo em 31 de dezembro de 2020	Capital Social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Resultado do exercício	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Prejuízo do exercício	10.818.250	2.163.650	-	13.922.356	85.313.474	112.217.730	4.911.328	117.129.058
Outros	-	-	-	-	(4.861.293)	(4.861.293)	(1.158)	(6.000.000)
Dividendos propostos	-	-	-	-	851	851	281	1.132
	-	-	-	-	(7.200.000)	(7.200.000)	-	(7.200.000)
<b>Destinação do resultado</b>								
Transferência do prejuízo	-	-	-	-	(4.861.293)	(4.861.293)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>10.818.250</b>	<b>2.163.650</b>	<b>-</b>	<b>13.922.356</b>	<b>73.253.032</b>	<b>100.157.288</b>	<b>4.910.451</b>	<b>105.067.739</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.687.824)	(1.687.824)	13.913	(1.673.911)
Dividendos propostos	-	-	-	-	851	851	281	1.132
	-	-	-	-	(6.000.000)	(6.000.000)	-	(6.000.000)
<b>Destinação do resultado</b>								
Transferência do prejuízo	-	-	-	-	(1.687.824)	(1.687.824)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>10.818.250</b>	<b>2.163.650</b>	<b>-</b>	<b>13.922.356</b>	<b>65.565.208</b>	<b>92.469.464</b>	<b>4.924.364</b>	<b>97.393.828</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)**

**1. Contexto operacional:** A Agroinvest Kayatani S.A. Admin. Empreem. e Participações é uma sociedade anônima de capital fechado, com contrato social de constituição arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 352027428/18, na sessão de 26 de dezembro de 1993. A sociedade tem sua Sede e Foro Jurídico no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Davi Lacerda Franco, nº 300 - Conjunto 113, CEP: 05418-000. A sociedade tem por objeto: a participação como sócia ou acionista de quaisquer sociedades; a realização de empreendimentos e participações em negócios civis e comerciais; a administração de bens e operações imobiliárias de qualquer natureza, próprias ou de terceiros; a representação comercial por conta própria ou de terceiros; a prestação de serviços especializados e outros de caráter geral. 1.1. **Efeitos do COVID-19:** Agora, no terceiro ano da pandemia de COVID-19, as jurisdições em todo o mundo geralmente experimentaram uma melhora nas perspectivas econômicas, pois o número de casos de COVID-19 diminuiu significativamente. Muitas empresas em todo o mundo voltaram aos negócios como sempre, mas a crise trouxe a resiliência comercial, operacional, financeira e organizacional de empresas em todo o mundo, destacando os riscos e as lacunas de resiliência para muitas organizações, pois os efeitos da pandemia continuam a impactar as cadeias de suprimentos globais. Até o momento da emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada não identificaram impactos relevantes a serem divulgados e não possuem visibilidade de impactos ou indícios contábeis decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19 que impliquem em mudanças nas políticas contábeis, nas principais estimativas estabelecidas e nos julgamentos contábeis críticos mencionados. 1.2. **Efeitos da Guerra Ucrânia-Rússia:** A invasão da Ucrânia pela Federação Russa e a subsequente resposta global a essas ações militares podem ter efeitos financeiros significativos em muitas entidades. Isso inclui entidades com operações físicas na Ucrânia, Rússia e Belarus, bem como interesses indiretos (por exemplo, fornecedores e clientes, investidores e credores). Até o momento da emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada não identificaram impactos relevantes a serem divulgados e não possuem visibilidade de impactos ou indícios contábeis decorrentes da Guerra Ucrânia-Rússia que impliquem em mudanças nas políticas contábeis, nas principais estimativas estabelecidas e nos julgamentos contábeis críticos mencionados. 2. **Companhia consolidada:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada direta, apresentada abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. O resultado da controlada adquirida durante o período está incluído nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição. As práticas contábeis foram aplicadas de

**BDO RCS Auditores Independentes**

CRC 2 SP 013846/O-1  
Jairo da Rocha Soares  
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Victor Henrique Fortunato Ferreira  
Contador - CRC 1 SP 223326/O-3

**Diretoria**

Demeure Brito - Diretor Presidente  
Marina Kayano Nishiyama - Diretora Superintendente  
Maki Hara - Diretor

**Conselho de Administração**

Edson Hitoshi Kayano - Presidente  
Kunikazu Niinomiya - Vice-Presidente  
Arata Hara - Conselheiro

Edna Miedori Kayano - Conselheira  
Miriam Midori Kayano - Conselheira  
João Augusto Malvestiti - Conselheiro

Contador - Anderson Mesquita Ianone - CRC 1SP258308/O-9

Os demais itens das Notas Explicativas detalhadas e o Parecer dos Auditores Independentes encontram-se no escritório da Agroinvest Kayatani S.A.

**Pacambu Construtora S.A.**

CNPJ nº 96.298.013/0001-68 - NIRE 35.300.516.192

**Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 30 de Março de 2023**

Ficam os senhores acionistas da Pacambu Construtora S.A. ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia, na Cidade de Bauri, Estado de São Paulo, na Rua Sete de Setembro, Quadra 11-17, Centro, CEP 17015-032, no dia 30 de março de 2023, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do art. 5º, §2º, inciso I e do art. 28, §2º e §3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio de plataforma digital, para deliberarem sobre o seguinte Ordem do Dia: 1. Deliberar sobre a proposta de antecipação dos Lucros do Ano de 2022; 2. Deliberar sobre a proposta de Distribuição do Lucro Contábil aos acionistas; 3. Deliberar sobre a Reestruturação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Companhia em razão do Plano de Desenvolvimento da Companhia; 4. Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em virtude das deliberações acima; e 5. Deliberar sobre a publicação da ata da Assembleia Geral da forma do art. 100, §2º, da Lei 6.404/1976, omitindo-se os nomes dos acionistas. **Instruções Gerais:** (a) As informações e documentos previstos na Resolução CVM nº 81/2022, relacionados à matéria a ser deliberada, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas participação online, estão disponibilizadas na sede da Companhia, no seu site de relações com investidores (https://www.pacambu.com.br), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br); (b) Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/1976, os acionistas deverão enviar documentos de identidade e comprovante de depósito das ações da Companhia emitido pela instituição financeira depositária, podendo ser representados por mandatórios, observadas as determinações e restrições legais. Pode-se que os documentos que comprovem a regularidade de representação sejam entregues, na sede da Companhia, até 48 horas antes da Assembleia Geral Extraordinária; (c) Legitimação e Representação: Nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81/2022, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia digital deverão enviar correio eletrônico para o e-mail [ri@pacambu.com.br](mailto:ri@pacambu.com.br) até 2 (dois) dias antes da Assembleia (i.e. até o dia 28 de março de 2023), solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação a distância. Na hipótese de representação por procuração, deverá ser encaminhado, no mesmo prazo, a via original do instrumento de mandato devidamente formalizado e assinado pelo acionista outorgante (outorgado há menos de um ano, nos termos do art. 126, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações e das decisões do Colegiado da CVM); (d) A Companhia informa que a Assembleia ora convocada será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do art. 28, §2º da Resolução CVM 81/2022. Nesse sentido, as instruções gerais para participação na Assembleia ora convocada, inclusive aquelas relativas à participação por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, serão encaminhadas juntamente com as credenciais de acesso ao sistema eletrônico. A realização da AGE de forma exclusivamente digital tem por objetivo estimular e facilitar a participação e acesso dos acionistas a AGE, Bauri, 9 de março de 2023.

Eduardo Robson Raineri de Almeida - Presidente.

**Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A.**

CNPJ/MF nº 08.845.676/0001-98 - NIRE 35.300.518.250

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 06 de Fevereiro de 2023**

1. **Data, Hora e Local:** Aos 06 dias do mês de fevereiro de 2023, às 10h00, na sede da **Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A.** (Companhia), inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.845.676/0001-98, com sede na Avenida dos Eucaliptos, nº 762, Indaiápolis, CEP 04517-050, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 2. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nomeadamente **MPM Corpóreos S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Avenida dos Eucaliptos, nº 762, sala 02, Indaiápolis, CEP 04517-050, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.659.061/0001-59, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob NIRE 35.300.498.607, em sessão de 05/12/2016, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus diretores Srs. **Paulo Sérgio de Camargo**, brasileiro, casado, graduado em tecnologia da informação, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.609.850-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 103.708.858-13 e **Leonardo Moreira Dias Correa**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 9.031.037-6 SESP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 080.733.917-24, ambos com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedrosa de Moraes, nº 1619, unidade 404, Edifício Central Park, Alto de Pinheiros, CEP 05419-001. Estiveram presentes o Sr. Paulo Sérgio de Camargo, Diretor Presidente da Companhia e o Sr. Leonardo Moreira Dias Correa, Diretor Financeiro da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Paulo Sérgio de Camargo; Secretário: Leonardo Moreira Dias Correa. 4. **Ordem do Dia:** (a) Deliberar sobre o encerramento das atividades e extinção das filiais, a saber: Filial 53: Avenida Cruzeiro do Sul, nº 1.100 LUC 1.109, **Condomínio Shopping Center D**, Caninéd, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03033-020, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo através do NIRE 35.305.336.029 e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.845.676/0011-29, destinada a prestação de serviços terapêuticos de depilação a laser e tratamento a laser e atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza; Filial 142: Avenida das Nações Unidas, nº 12551, Loja 106A, **Shopping D**, Brooklin Paulista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04578-903, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo através do NIRE 35.906.144.581 e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.845.676/0144-90, destinada a prestação de serviços terapêuticos de depilação a laser e tratamento a

## ILUMINAÇÃO PÚBLICA

# Presidente da Companhia Energética nega nova privatização do serviço

O presidente da estatal gestor rebateu questionamentos sobre a possibilidade de uma privatização ou realização de parceria público-privada para os serviços de Iluminação Pública da capital federal

O projeto de lei do governo que trata da prestação dos serviços de iluminação pública do Distrito Federal (PL nº 3.069/2022) foi debatido em comissão geral da Câmara Legislativa nesta quinta-feira (9). Receio de privatização, garantia de iluminação em todas as regiões administrativas e custeio da instalação de luminárias LED em todo o território do DF foram alguns dos temas envolvidos na discussão.

Enviado pelo Buriti em dezembro de 2022, o PL prevê a concessão dos serviços de iluminação pública (IP) para a Companhia Energética de Brasília (CEB), mediante regulamentação posterior por parte do GDF. A proposta foi apresentada e defendida, nesta tarde, pelo presidente da estatal, Edison Garcia.

O gestor rebateu questionamentos sobre a possibilidade de uma privatização ou realização de parceria público-privada para os serviços de IP: "Há vários modelos para custear e prestar esses serviços, mas estou defendendo a con-

cessão para a CEB".

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), deputada Dayse Amarílio (PSB), proponente da discussão no plenário da Casa, lembrou que "iluminação pública tem impactos em diversas áreas, visivelmente na segurança". A distrital explicou que o PL será analisado por quatro comissões da Casa, antes de ser submetido ao Plenário, e garantiu que ainda será muito discutido.

O deputado Chico Vigilante (PT), que era distrital na legislatura passada, quando a CEB Distribuição foi vendida para a Neoenergia, insistiu: "É importante esse debate, que vai ser feito com profundidade nesta Casa. Não vamos abrir caminho para terminar de privatizar a CEB".

Edison Garcia reforçou: "Até recebemos uma proposta de PPP, mas eu disse que sou contra. Queremos que a CEB seja a concessionária, queremos manter a iluminação pública numa companhia pública". "A CEB presta um serviço público essencial para todos, e tem sofrido um desmonte para atender inte-

resses da iniciativa privada em detrimento de toda a população", disse a diretora de Políticas Externas do Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal (Stiu-DF), Rosângela Pereira Rosa, lembrando que o presidente da companhia ocupa uma cadeira no conselho de administração da Neoenergia.

A sindicalista criticou o projeto do governo, comparando-o a um "cheque em branco" para o presidente da concessionária. Ela apontou que o texto, como foi proposto, atribui somente ao Executivo a autorização para a transferência da concessão dos serviços de IP, excluindo a participação do Legislativo local.

Além disso, Rosa mostrou preocupação com o futuro dos empregados públicos: "Se a atividade de iluminação pública está sendo transferida para a holding, o que será feito com os quase 90 empregados da subsidiária?". "Solicitamos a não aprovação. Trará prejuízos para a sociedade e para os trabalhadores que presaram concurso e foram treinados", concluiu. O líder do governo na Casa, deputado Róberio Negreiros (PSD), sugere

riu emendas para contornar essas críticas e aprimorar o texto do Buriti: uma delas prevendo a alteração do artigo que trata da autorização de transferência dos serviços, de forma a deixar claro a necessidade de lei específica para tal, o que incluiria tramitação na CLDF; e outra para impedir a demissão dos empregados públicos.

Moradores de várias regiões administrativas do DF reclamaram dos frequentes (e longos) apagões desde que a Neoenergia assumiu o serviço de distribuição e cobraram mais iluminação nos logradouros e vias públicas – o que é custeado pela Contribuição de Iluminação Pública (CIP), recolhida junto às contas de luz.

O presidente da CEB argumentou que o projeto de lei em debate visa, justamente, a resolver a problemática da iluminação pública. Ele destacou que o DF tem o terceiro maior parque de iluminação pública do Brasil, com 369.555 luminárias (todas cadastradas e numeradas), e apresentou uma série de fotos de antes e depois da instalação de luminárias de LED, em várias par-

tes do DF, para demonstrar a eficiência da troca das luminárias amarelas (vapor de sódio) pelas brancas de LED.

"As luminárias de LED são mais potentes, mais claras e mais econômicas. Queremos o DF com 100% de LED. Nosso único problema é como financiar isso. A CIP não é suficiente", justificou. Ele aproveitou para destacar que muitas áreas foram iluminadas, por exemplo, com recursos destinados por meio de emendas parlamentares. Edison Garcia fez um balanço das receitas e despesas para a iluminação eficiente dos logradouros públicos. Segundo informou, atualmente as despesas com manutenção, operação e energia elétrica da iluminação pública somam R\$ 231 milhões, valor maior que o resultante da CIP (R\$ 183,39 mi). Isso porque a receita bruta dessa contribuição é de R\$ 261,98 milhões, dos quais R\$ 78,59 mi correspondem à Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios (Drem), sobrando um montante líquido de R\$ 183,39 milhões.

O projeto em tramitação, explicou Garcia, vai permitir

a recomposição de 100% da CIP, por meio da vinculação da Drem. "Teremos R\$ 30,98 mi para investirmos na troca das luminárias e na ampliação da iluminação", avaliou.

O subsecretário de Receita da Secretaria da Fazenda do DF, Sebastião Melchior Pinheiro, avaliou a proposta: "O projeto propõe uma eficiência na arrecadação, para otimizar o emprego dos recursos públicos".

"Nosso grande problema é a limitação de recursos. Esse é um projeto urgente pela necessidade de resposta à população, que é nosso papel como gestor público. É possível dar um salto de qualidade num prazo muito curto", completou Luciano Carvalho, secretário de Obras e Infraestrutura do DF.

A comissão contou, também, com a presença do deputado Max Maciel (Psol), que frisou a importância de iluminação nas paradas de ônibus e nas ciclovias e do deputado Pastor Daniel de Castro (PP), que pediu "atenção especial" para o Assentamento 26 de Setembro, na região administrativa de Vicente Pires.

## EVENTO

## Dia da Ouvidoria celebra protagonismo na melhoria dos serviços públicos no DF

A Ouvidoria-Geral do Distrito Federal (OGDF), unidade da Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), realizou, nesta quinta-feira (9), no auditório do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), um encontro especial para celebrar o Dia da Ouvidoria, comemorado em 16 de março. Com a presença dos servidores que atuam nas ouvidorias dos órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF), além de outros convidados, o evento foi para homenagear o protagonismo das ouvidorias na melhoria dos serviços disponibilizados para a população.

"O Dia da Ouvidoria é um dia extremamente especial para nós da CGDF, pois é uma data em que comemoramos essa função tão importante, fundamental para construirmos um governo melhor para os cidadãos do DF. Estamos aqui hoje para enaltecer os nossos ouvidores e fortalecer cada vez mais a Rede de Ouvidoria do DF", diz o controlador-geral do DF, Daniel Lima.

A ouvidora-geral do DF, Cecília Fonseca, afirma que o evento é um momento de integração. "A gente acredita no formato de atuação em rede. E, hoje, nós movimentamos várias redes: a Rede Sigo/DF, a Rede Nacional de Ouvidorias (Renouve), a Rede Nacional de Controle da Gestão Pública e a Rede Ouvir-DF, que está sendo retomada. Então, é um momento de reencontro, de trocas e de intercâmbio de boas práticas e de nos unirmos em um único propósito que é a melhoria da vida das pessoas". A comemoração contou com a presença da ouvidora-geral da União, Ariana Frances Carvalho de Souza; do deputado distrital e ouvidor da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Jorge Vianna; do presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Distrito



Evento contou com a presença dos servidores que atuam nas ouvidorias dos órgãos do Governo do Distrito Federal

Federal (Codese-DF), Leonardo Oliveira de Ávila; e do secretário da Pessoa com Deficiência, Flávio Pereira dos Santos.

Durante o evento, o controlador-geral do DF e o presidente do Codese assinaram acordo de cooperação técnica para intercâmbio de informações e estudo que vão melhorar as políticas públicas voltadas para a ouvidoria e, consequentemente, a vida das pessoas do DF.

Além disso, a Ouvidoria-Geral lançou a publicação Atuação e Interação das Ouvidorias Sigo/DF, que traz o relato de casos das práticas vencedoras do concurso "Melhores Práticas em Ouvidoria Pública" como inspiração e referência para outras iniciativas. Os ouvidores tiveram a chance de relatar, em um bate-papo durante o evento, as práticas que desenvolveram para melhorar o serviço público e o atendimento ao cidadão. A ouvidora Michelle Pinheiro, da Administração Regional do SIA, destacou o caso de

quando atuava na ouvidoria da Administração Regional do Guarã, contando que a ouvidoria recebia inúmeras reclamações e solicitações de tapa-buraco e que não havia uma organização efetiva para que as demandas fossem atendidas. "Nós chamamos a área técnica para atuarmos juntos para solucionar essas demandas. Fizemos o mapeamento completo do Guarã por meio do Google Maps, que é uma ferramenta gratuita de georreferenciamento, e fizemos marcações das necessidades, por exemplo, locais mais críticos, locais com necessidade de recapeamento, entre outros. Dessa forma, conseguimos dar agilidade no atendimento das demandas. Compartilhamos esse mapeamento com a Novacap e, com isso, além da agilidade, conseguimos planejar questões como a quantidade de massa asfáltica necessária, a contratação de caminhões para realizar os trabalhos e ainda realizar mutirões. Aumentamos consideravel-

mente nossa resolutividade com essa iniciativa", conta Michelle. Já em São Sebastião, o problema era relacionado a uma área pública em que, constantemente jogava-se entulho de forma irregular. A ouvidora da Administração Regional de São Sebastião, Josenice de Souza, explicou o caso: "A população nos procurava para que fosse dada uma solução definitiva para a questão do entulho jogado irregularmente nessa área pública. Nós engajamos todos os servidores da ouvidoria, conseguimos limpar a área. Foram recolhidos mais de 80 caminhões de entulho. Depois disso, a população também se engajou e todos nós, servidores e população, colocamos literalmente a mão na massa e fizemos o plantio de mudas e a revitalização da área, que hoje é usada para lazer. Esse exemplo foi replicado para uma segunda área de São Sebastião em que conseguimos, inclusive, recuperar uma nascente", diz.

## PLANEJAMENTO

## Governo do DF começa a preparar o Plano Plurianual 2024-2027

O mês de março marca o início da elaboração do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2024 a 2027. A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (Seplad) reuniu, nesta quarta (8) e quinta-feira (9), representantes de todos os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal (GDF) para transmitir as primeiras orientações do processo de planejamento, incluindo a metodologia e estrutura.

Durante as reuniões, foram apresentados os desafios envolvidos na formulação do PPA, assim como dados gerais do cenário fiscal para os anos de 2024 e 2025 e as fases de elaboração desse importante instrumento de planejamento governamental de médio prazo.

"O Plano Plurianual estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para os quatro anos seguintes – incluindo o primeiro ano da próxima gestão", explica o secretário de Planejamento, Ney Ferraz. Segundo ele, a elaboração atende às determinações da Lei Orgânica do DF (art. 150). "É no primeiro ano de mandato que o governador envia a proposta de Projeto de Lei à Câmara Legislativa, com o prazo final de 15 de setembro. Após apreciação e aprovação, o Poder Legislativo devolve o plano para sanção até o encerramento da primeira sessão legislativa", detalha. O secretário-executivo de Finanças da Seplad, Thiago Conde, ressalta a importância do PPA. "É como se fosse um roteiro para orientar a execução orçamentária para os próximos quatro anos. Vale lembrar que é obrigatório o alinhamento dos demais instrumentos de execução orçamentária e financeira ao PPA, de forma a criar a sinergia neces-

sária para realizar as entregas previstas para este mandato", completa. O PPA tem o propósito de viabilizar, a médio prazo, a implementação e a gestão das políticas públicas no Distrito Federal. Ele contempla todas as áreas de atuação do governo local: saúde, educação, transporte, segurança pública, desenvolvimento social e urbano, meio ambiente, gestão pública, entre outras. A partir do PPA, são desenvolvidos outros instrumentos de planejamento: o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA).

As reuniões preparatórias ocorreram no Auditório da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs) e foram coordenadas pela Subsecretaria de Planejamento Governamental da Seplad. Na tarde de quarta-feira (8), estiveram presentes mais de 150 representantes de todas as unidades orçamentárias, exceto das administrações regionais. Já os gestores das regiões administrativas se reuniram nesta quinta-feira (9), no período da manhã. Nessas reuniões, as equipes da Seplad orientaram as unidades orçamentárias sobre todo o processo de elaboração do plano para o período. Entre os dias 29 de março e 5 de abril, serão realizadas reuniões temáticas na Escola de Governo (Egov) para discussão sobre as políticas públicas. Na ocasião, os gestores vão debater propostas para enfrentamento de problemas ou aproveitamento de oportunidades em comum, divididos nos oito eixos temáticos: gestão e estratégia, desenvolvimento econômico, desenvolvimento territorial, segurança, meio ambiente, educação, saúde e desenvolvimento social.

## CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

CNPJ/MF nº 04.066.598/0001-72 - NIRE 53.300.006.288

## AVISO AOS ACIONISTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei 6.404/76, a Diretoria da Corumbá Concessões S.A. vem comunicar aos senhores acionistas da Companhia que se encontram a sua disposição na sede da empresa os seguintes documentos: (I) O relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; (II) Cópia das Demonstrações Financeiras; (III) Parecer dos auditores independentes; e (IV) Parecer do Conselho Fiscal. Brasília, 07 de março de 2023. **Marcelo Siqueira Mendes** - Diretor Presidente; **Kim Parente Currlin Perpétuo** - Diretor Técnico.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F0C6-2169-7C29-8309> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F0C6-2169-7C29-8309



### Hash do Documento

28C9448CAE246A0034FBD4CF41FBEBAC9FCA98C427C6C0BB1B035AD7626B1358

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em  
09/03/2023 23:59 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -  
33.270.067/0001-03

